



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2009

ÍNDICE

Relatório de Sustentabilidade 2009

Mensagem do Conselho de Administração	1
1. Visão e Estratégia	3
2. Apresentação e Perfil da APA	7
2.1. Organização	8
2.2. Evolução Histórica	8
2.3. Competências e serviços prestados	9
2.4. Área de jurisdição	11
2.5. Estrutura operacional	12
2.5.1. <i>Hinterland</i> e proximidade de regiões espanholas	12
2.5.2. <i>Foreland</i>	12
2.5.3. Zonas Portuárias	13
2.5.4. Acesso Terrestre	15
2.5.5. Acesso Marítimo	15
2.6. Localização	16
2.7. Dimensão	16
3. Parâmetros para o Relatório	18
3.1. Perfil do Relatório	19
3.2. Âmbito do Relatório	20
4. Governação, compromissos e envolvimento	21
4.1. Governação	21
4.1.1. Estrutura de Governação	21
4.1.2. Envolvimento das partes interessadas	24
4.1.2.1. Clientes	24
4.1.2.2. Empresas Fornecedoras	25
4.1.2.3. Concessionários	26
4.1.2.4. Administração Central e Local	26
4.1.2.5. Comunidades Locais	26
4.1.2.6. Instituições Académicas	26
4.1.2.7. Outros elementos da Comunidade Portuária	27
4.1.2.8. Colaboradores/as	27
4.1.2.9. Mapa da Estratégia da Qualidade	28
5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho	29
5.1. Indicadores de Desempenho Económicos	30
5.1.1. Desempenho Económico-Financeiro	30
5.1.2. Análise ao Investimento	32

5.1.3. Análise de tráfego e mercado	34
5.2. Indicadores de Desempenho Ambiental	34
5.2.1. Gestão Ambiental	34
5.2.2. Desempenho Ambiental	35
5.2.2.1. Energia	35
5.2.2.2. Água	36
5.2.2.3. Biodiversidade	37
5.2.2.4. Emissões atmosféricas	39
5.2.2.5. Águas residuais	40
5.2.2.6. Resíduos	40
5.2.2.7. Risco de derrame	43
5.2.2.8. Conformidade	43
5.2.2.9 Custos e Investimentos com a Protecção Ambiental	43
5.3. Indicadores de Desempenho Social	43
5.3.1. Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno	43
5.3.1.1. Emprego	43
5.3.1.1.1. Evolução do Efectivo	43
5.3.1.1.2. Escalões Etários	44
5.3.1.2. Relação entre funcionários e administração	45
5.3.1.2.1. Regime laboral	45
5.3.1.3. Segurança e Saúde no Trabalho	46
5.3.1.3.1. Acidentes de Trabalho	46
5.3.1.3.2. Taxa de Absentismo	47
5.3.1.3.3. Formação e Educação	47
5.3.2. Diversidade e igualdade de oportunidades	49
5.3.2.1. Por categoria funcional	49
5.3.2.2. Por faixa etária	49
5.3.3. Direitos Humanos	50
5.3.3.1. Não-Discriminação	50
5.3.3.2. Liberdade de Associação e acordo de negociação colectiva	50
5.3.3.3. Trabalho Infantil	51
5.4. Segurança	51
5.4.1. Plano de Emergência Interno (Safety)	51
5.4.2. ISPS - International Ship and Port Facility Security Code	51
5.4.3. Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro	51
5.4.4. Segurança e Higiene no Trabalho	52
6. Índice do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade	53
7. Glossário e critérios de cálculo dos indicadores	62
7.1. Glossário	63
7.2. Critérios de cálculo	64
7.2.1. Indicadores Económicos	64
7.2.2. Indicadores Ambientais	64
7.2.3. Indicadores Sociais	65

Mensagem do Conselho de Administração

O respeito pelos princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável norteia hoje todas as políticas, projectos e acções empreendidas pela APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA, S.A.).

É pois com imensa satisfação que a APA, S.A. apresenta o seu terceiro Relatório de Sustentabilidade, prosseguindo, desta forma, com os objectivos delimitados nas Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário, no âmbito das quais assume como uma das acções prioritárias, a publicação anual, de um Relatório de Sustentabilidade que, *“tratando a dimensão ambiental, incida, também, nas dimensões social e económica, todas elas articuladas com o sistema da própria empresa e a respectiva tomada de decisão.”*

Com as iniciativas e os projectos desenvolvidos por esta administração portuária em 2009 pretendeu-se atingir três objectivos: gerar benefícios económicos para os/as clientes, accionistas e região; assegurar o equilíbrio ambiental na zona estuarina e costeira, onde o Porto de Aveiro se insere, e o desenvolvimento social de colaboradores/as e comunidade local.

O presente relatório, pretende transmitir os princípios e compromissos adoptados pela empresa em termos de sustentabilidade do desenvolvimento do seu negócio, o modo de assegurar a sua concretização e, ainda, a medição do seu grau de cumprimento.

Para a concretização deste objectivo importa dar a conhecer a visão e estratégia da empresa (capítulo 1); apresentar o seu perfil organizacional (capítulo 2); expor os parâmetros do relatório (capítulo 3); mostrar a estrutura de governação e o envolvimento das partes interessadas (Capítulo 4); dar a conhecer e equacionar os principais impactes, riscos e oportunidades da nossa actividade, seja no domínio económico-financeiro, como nos domínios ambiental, social e de segurança (capítulo 5).

Como Nota Final, o Conselho de Administração da APA, agradece a todos/as os/as trabalhadores/as e colaboradores/as da empresa, à comunidade portuária e aos/às clientes, o seu constante empenho, ao longo de 2009.

O Conselho de Administração



José Luís de Azevedo Cacho
(Presidente)



Rui António Monteiro Gomes de Paiva
(Vogal)



Luís Manuel Dionísio Marques
(Vogal)

1. Visão e Estratégia

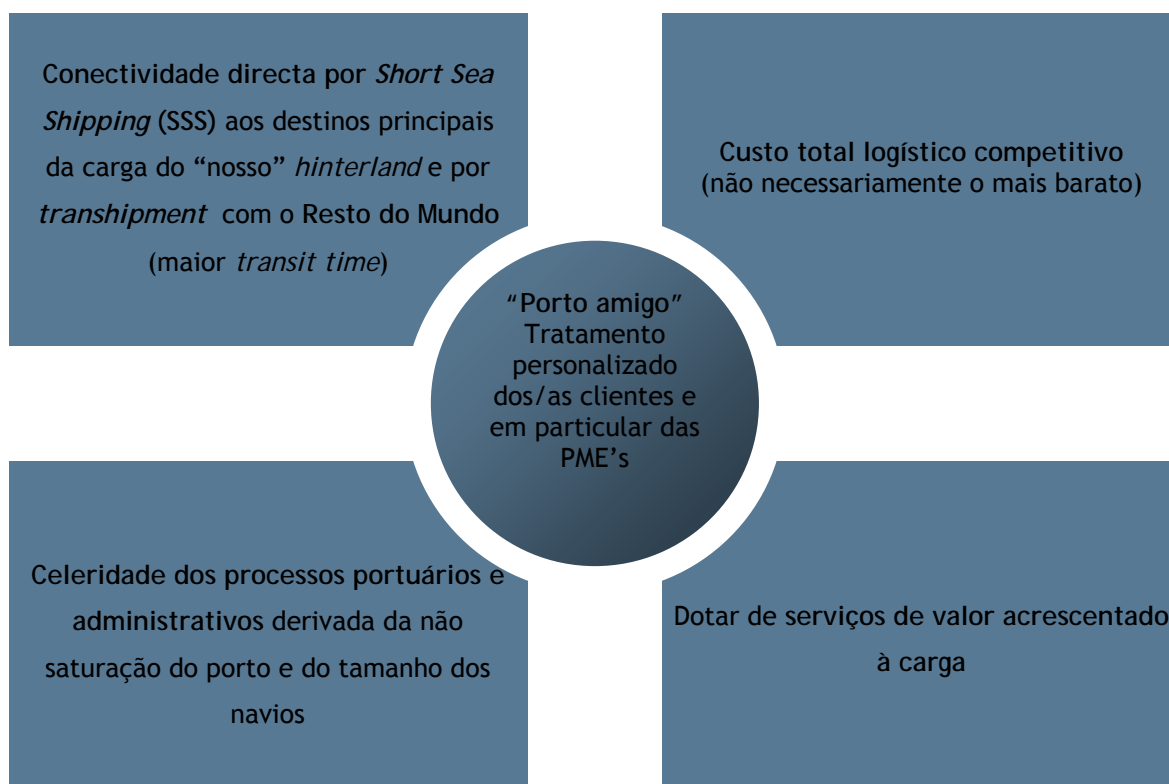
O porto de Aveiro tem como missão *“facultar o acesso competitivo de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, promovendo assim o desenvolvimento económico da sua região.”*

Tendo em conta a fase de transição que caracteriza actualmente o porto de Aveiro e o imperativo prioritário de aproveitamento e potenciação das suas novas valências infra-estruturais no contexto dos mercados nacional, ibérico e internacional, a Visão do porto no horizonte 2015 foi definida fundamentalmente com base nas características endógenas do porto de Aveiro, por forma a valorizar e explorar os seus pontos fortes e a eliminar, ou minimizar, os seus pontos fracos.

O Plano Estratégico do porto de Aveiro, define para 2015 a seguinte Visão:

“O porto de Aveiro será um dos mais dinâmicos e competitivos portos da Faixa Atlântica da Península Ibérica no transporte de curta e média distância, e possuirá um amplo pólo de desenvolvimento logístico e industrial”.

A proposta de Valor definida teve como foco posicionar o porto de Aveiro com “Porto Amigo”: manter o custo logístico a níveis competitivos, oferecendo uma conectividade directa por SSS e *transhipment*, possuindo processos administrativos e operativos altamente eficientes, conta com amplas zonas para acrescentar valor à carga e, sobretudo, oferece um tratamento personalizado de grande qualidade.



Para a concretização da Visão e da proposta de valor a APA, S.A. estabeleceu três estratégias a saber:

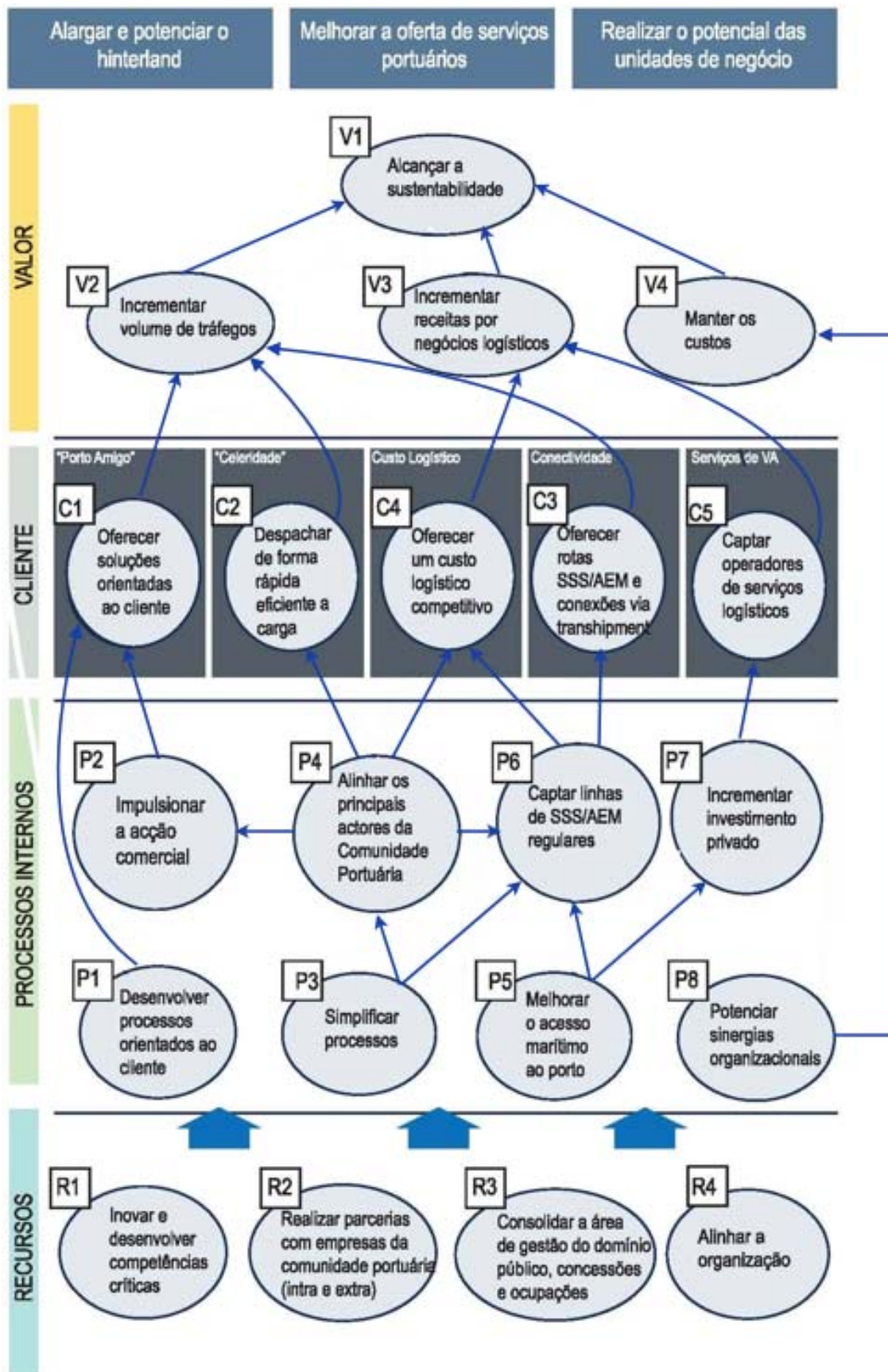
1. Alargamento e Potenciação do *Hinterland*;
2. Melhoria da Oferta dos Serviços Portuários;
3. Realização do Potencial das Unidades de Negócio.

Com as duas primeiras linhas estratégicas pretende-se potenciar os factores de competitividade endógena do porto, aproveitando:

- A boa inserção territorial do porto, decorrente do dinamismo económico do *hinterland*, da posição geográfica central do porto nesse mesmo *hinterland*, dos bons acessos terrestres e da ausência da pressão urbanística e
- A grande capacidade em reserva no que reporta à acostagem de navios, utilização de terraplenos e valorização dos terrenos em reserva para a instalação de actividades logístico-industriais.

Com a terceira linha estratégica pretende-se superar os constrangimentos detectados nos processos de gestão e operação portuária.

No mapa da Estratégia do Grupo, apresentado abaixo, podem ser visualizados os objectivos previstos até 2015.



2. Apresentação e Perfil Organizacional

2.1. Organização

A APA, S.A. é uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, que visa a exploração económica, conservação e desenvolvimento do porto de Aveiro.

Esta Administração Portuária é gerida por um Conselho de Administração, composto por um Presidente e dois Vogais, cujas competências se encontram definidas nos estatutos publicados no Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro.

2.2. Evolução Histórica

A génese do Porto de Aveiro está ligada à história da Ria e à obra de fixação e abertura da Barra de Aveiro. Aveiro presenciou desde meados do século XVIII sucessivas intervenções políticas, económicas e técnicas em prol da abertura da ligação do Mar à Ria de Aveiro. A história conta que desde 1757 foram inúmeros os estudos técnicos para a fixação da sua localização.

A 3 de Abril de 1808, cabe aos Engenheiros Reinaldo Oudinot e Luís Gomes de Carvalho a concepção do primeiro grande estudo para a abertura da obra da barra. É marcada a abertura da barra de Aveiro, constituindo este o primeiro marco para o desenvolvimento deste porto. Desde então, Aveiro cria a sua identidade, única a nível nacional, prospera com a abertura do porto ao comércio internacional, com um sector de pesca (costeira e longínqua) dos mais importantes ao nível nacional, atraindo indústrias e restituindo crescimento e riqueza à região.

Depois da fixação da barra, até meados do século XX, ampliaram-se molhes e construíram-se diques. É do engenheiro Von Hafe a autoria daquele que pode ser considerado um dos primeiros planos para o Porto de Aveiro: projecção de um porto de pesca e um porto comercial junto ao Canal de S. Roque, na cidade de Aveiro. Em meados do séc. XX é criada a Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro (JARBA) e é orientado pelo engenheiro Coutinho de Lima o “Esquema Geral do Porto Interior de Aveiro” e os planos de arranjo e exploração dos portos de Pesca do Largo (porto bacalhoeiro), do Porto de Pesca Costeira e do Porto Comercial.

Em 1974, o “Plano Director de Desenvolvimento e Valorização do Porto e Ria de Aveiro”, já com a JARBA transformada em JAPA (Junta Autónoma do Porto de Aveiro) aponta no sentido duma deslocação dos terminais portuários para zona próxima da entrada da Barra, onde hoje se situa a mais importante estrutura comercial do porto.

O ano de 1998 constitui um novo marco na história do Porto, com a conversão da JAPA em APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., sendo-lhe assim reconhecido o estatuto de porto de âmbito nacional. Com as novas competências que lhe foram atribuídas no desenvolvimento do porto e a maior autonomia, a Administração do Porto de Aveiro procedeu à revisão do “Plano de

Ordenamento e Expansão do Porto de Aveiro”, incluindo a ligação ferroviária do Porto de Aveiro à linha do Norte e a conclusão e melhorias das suas infra-estruturas.

Em 2005, já com a área de jurisdição reduzida apenas ao espaço com interesse portuário (diploma de 2002), a Administração elaborou e aprovou o “Plano Estratégico do Porto de Aveiro”, disponível em www.portodeaveiro.pt e que sustentará a gestão e futuro do porto até 2015.

A APA, S.A., é hoje uma empresa empenhada em cumprir a sua missão perante a sociedade e em garantir o futuro sustentável do porto, não deixando de valorizar o seu bicentenário histórico. É neste contexto, que o Porto de Aveiro assume como missão *facultar o acesso competitivo de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, promovendo assim, o desenvolvimento económico da sua região.*

De uma forma inovadora e dinâmica, a APA, S.A. assume assim um compromisso público perante a sociedade civil e comunidade portuária, evocando cinco valores fundamentais de actuação:

- Satisfação do Cliente: Orientação para a qualidade da prestação de serviços, com permanente adaptação às necessidades dos/as clientes;
- Rentabilização económica: Rentabilização do porto, obtenção dos benefícios para os agentes e actores portuários e geração de riqueza para a economia regional;
- Respeito pelo Ambiente: Subordinação da actividade aos valores e condicionalismos ambientais e aos princípios de desenvolvimento sustentável;
- Garantia de segurança: Garantias de segurança e prevenção dos riscos ambientais;
- Conformidade social e institucional: Observância dos princípios e políticas nacionais e europeias e compromisso com as normas de natureza ética e de responsabilidade social.

2.3. Competências e serviços prestados

Enquanto administração portuária, a APA, S.A. assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto de Aveiro nos seus múltiplos aspectos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária e ainda as actividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

No âmbito das aludidas atribuições, a APA, S.A. tem competências para:

- Atribuição de usos privativos e definição do respectivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens do domínio público que lhe está afecto, bem como à prática de todos os actos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- Licenciamento de actividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os actos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;

- Fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a actividades comerciais ou industriais;
- Protecção das suas instalações e do seu pessoal;
- Uso público dos serviços inerentes à actividade portuária e sua fiscalização;
- Definir as condições de segurança de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial;
- Definir o assinalamento marítimo, precedido de parecer técnico em matéria de assinalamento, de hidrografia e das competências da autoridade marítima nacional, a submeter pelos órgãos locais da Direcção-Geral da Autoridade Marítima, bem como a instalação, manutenção e funcionamento do mesmo;
- Preparação e emissão de avisos à navegação, sempre que se mostre necessário dar conhecimento público das limitações de condições de segurança existentes ou da sua eliminação;
- Elaborar normas especiais sobre o acesso, a entrada, a permanência e a saída de navios do porto, em matéria de segurança marítima e portuária, no respeito do disposto na regra n.º 1, alínea b, do Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no mar - 1972, aprovado para ratificação pelo Decreto n.º 55/78, de 27 de Junho, e de acordo com o Regulamento de Exploração Portuária;
- Certificação da Segurança Marítima e Portuária dos navios e embarcações, quando aplicável sem prejuízo das competências próprias do Instituto Marítimo-Portuário;
- Promoção da interacção dos centros de telecomunicações com a área de segurança portuária, planos de segurança, de contingência e de emergência, designadamente através do centro de controlo de tráfego portuário, quando exista, e da intercomunicabilidade com a entidade responsável pelo Sistema Nacional para a busca e Salvamento Marítimo;
- Estabelecer as condições de navegabilidade nas águas sob sua jurisdição, garantindo, nomeadamente a manutenção de fundos nas vias navegáveis, nos canais de acesso e zonas de manobra, junto aos cais e terminais, bem como nas áreas de fundeadouros;
- Definir o uso dos meios e das condições de prestação dos serviços de assistência à manobra de navios;
- Fixar os fundeadouros ou os seus limites e definir a sua utilização;
- Estabelecer os condicionalismos de atracação e de largada de navios em função das exigências de segurança e dos requisitos de interesse comercial;
- Promover o cumprimento dos condicionamentos de natureza administrativa ou judicial;
- Fixar as regras de manuseamento, armazenagem e transporte de cargas perigosas e fiscalizar o cumprimento das normas em vigor sobre esta matéria;
- Prevenir e combater a poluição, salvo a matéria relativa a contra-ordenações;
- Participar nas acções referentes à preservação e à protecção do património subaquático e estabelecer com as entidades competentes as condições de intervenção;
- Promover as diligências necessárias à remoção dos cascos ou destroços das embarcações afundadas ou encalhadas e de outros materiais submersos na sua área de jurisdição.

2.4. Área de jurisdição

A Área de jurisdição da APA, S.A. integra:

- A faixa da costa, dentro do limite da largura máxima legal do domínio público marítimo, compreendida entre o paralelo + 108 000 (cerca de 80 metros a sul do Molhe Sul) e 50 metros a norte do Molhe Norte;
- Os terraplenos afectos à exploração e de expansão do porto de Aveiro, que incluem o Terminal Sul, o Terminal Norte, o Terminal de Granéis Líquidos, o Porto de Pesca Costeira e o Porto de Pesca do Largo;
- Os canais de navegação adjacentes aos terraplenos de exploração e expansão (e respectivas margens dentro do Domínio Público Marítimo):
 - No canal de Mira - situados a norte da ponte da Barra;
 - No canal de S. Jacinto - situados a sul do cais da Pedra;
 - No canal de Ílhavo - situados a norte da ponte da EN 109-7;
 - No canal principal de navegação, no concelho de Aveiro - a poente do vértice nascente da marinha Moleira;
 - Na cale do Espinheiro - situados a sul de uma linha que une o vértice sul da marinha Garras e o vértice norte da marinha Cancela do Mar ou Cancela do Sudoeste.



2.5. Estrutura operacional

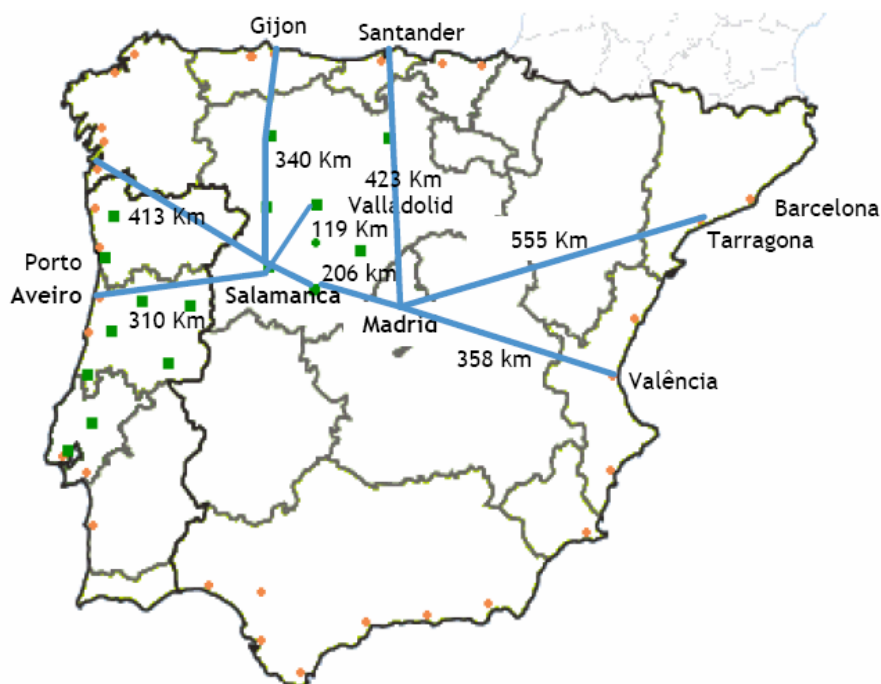
O porto de Aveiro é considerado a maior infra-estrutura de movimentação de carga geral convencional do Norte de Portugal, dado que a partir de Aveiro é possível ligação a múltiplos destinos e mercados.

2.5.1. *Hinterland* e proximidade de regiões espanholas

Concretamente, o porto de Aveiro é a infra-estrutura portuária geograficamente mais próxima da

cidade de Salamanca (310 km por estrada), possuindo, assim, uma situação privilegiada relativamente a esta cidade, bem como à zona oeste da província espanhola de Castela-Leão, onde concorre directamente com os portos da costa norte da Península, Gijón e Santander, que estão a uma distância de Salamanca superior a 340 km e 370 km, respectivamente.

Em relação a Madrid, os portos mais próximos são os do Levante valenciano, ficando o porto de Aveiro quase 1,5 vezes mais distante que o de Valência (516 km vs 358 km), o que se traduz numa situação menos privilegiada para a captação de tráfegos destinados a esse mercado.

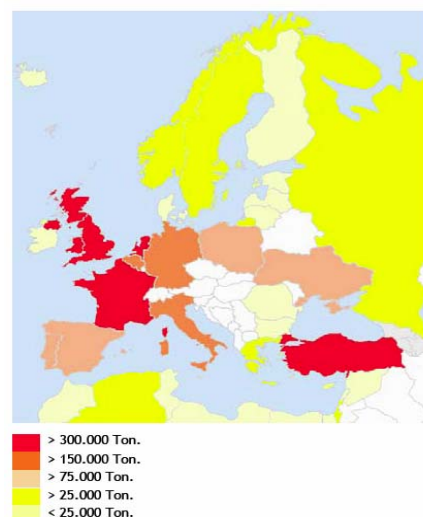


Com um tráfego anual de cerca de 3 milhões de toneladas, Aveiro é um porto multi-funcional, desempenhando um papel primordial no serviço dos diversos sectores da indústria do seu actual *hinterland*, tais como a indústria cerâmica, química, vitivinícola, metalúrgica, madeira e derivados, agro-alimentar e construção.

2.5.2. Foreland

As mercadorias movimentadas no porto de Aveiro têm origem/destino na sua quase totalidade nos países mediterrânicos e do norte da Europa, o que configura o porto de Aveiro como um *short sea port* (porto de curta distância).

O *foreland* do porto de Aveiro inclui todos os países do norte da Europa e todos os países do mar Mediterrâneo e mar Negro, com excepção da ex-Jugoslávia e do Cáucaso. Assim, 50% do tráfego é efectuado com a Holanda, França, Reino Unido e Turquia, apresentando-se também a Itália,



Alemanha, Bélgica, Polónia e Ucrânia com volumes de tráfego significativos.

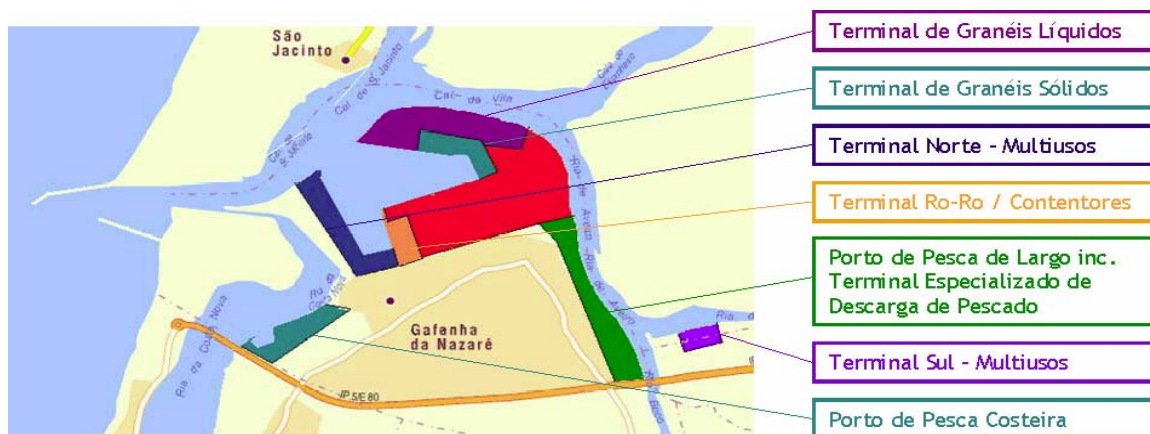
É ainda de registar o volume de tráfego efectuado com outros portos de Portugal e Espanha, superior a 200.000 toneladas por ano, e as quase 100.000 toneladas movimentadas com os países da costa atlântica do continente americano (EUA, Canadá, Venezuela e outros), o que indicia a existência de mercado potencial para o porto de Aveiro desenvolver o tráfego de média distância.

2.5.3. Zonas Portuárias

Como já referido o Porto de Aveiro, encontra-se em fase de franco crescimento, tendo como ambição aumentar a capacidade de recepção de navios e a melhoria na prestação de serviços aos seus clientes até 2015.

O porto de Aveiro dispõe de:

- 5 Terminais adequados para movimentar todo o tipo de mercadorias;
- 2 Terminais especializados para a pesca;
- Uma das maiores capacidades de acostagem para terminais multiusos dos portos nacionais;
- Uma grande superfície de terrapleno;
- Uma área de 130 ha servida com óptimos acessos terrestres (auto-estrada e linha férrea), situada entre o Terminal Ro-Ro e o Terminal de Granéis Sólidos onde se situa a área da ZALI - Zona de Actividades Logísticas e Industriais e
- Uma plataforma Logística Portuária.



- Terminal Norte - Multiusos

Dispõe de um cais acostável de 900 metros de comprimento, fundos à cota de -12,00 m (Z.H.) e 356.000 m² de terraplenos. A área de armazenagem a coberto é constituída por oito armazéns. Este terminal encontra-se vocacionado para a movimentação de carga geral e granéis sólidos. É actualmente utilizado para a movimentação de produtos agro-alimentares, produtos metalúrgicos, argilas, cimentos e madeira, entre outros. Dispõe ainda, de um cais de serviços, com 250 m, destinado a oferecer condições adequadas à organização dos meios logísticos.

- **Terminal de Granéis Líquidos**

Terminal especializado, destina-se exclusivamente ao tráfego de graneis líquidos, é constituído por seis pontes-cais, três dos postos de acostagem com fundos à cota de -12,00 m (Z.H.) e os restantes três à cota -8 m (Z.H.). Dispõe de uma área de cerca de 466.000 m². As instalações desta zona portuária encontram-se a ser exploradas por diversas entidades privadas, que se dedicam à movimentação e armazenagem de produtos químicos, derivados de petróleo e produtos vitivinícolas.

- **Terminal de Granéis Sólidos**

Este terminal oferece um total de 750 metros de cais (350 m para graneis não alimentares e 400 m dedicados ao segmento agro-alimentar), com fundos à cota de -12,00 m (Z.H.), e dispõe de uma área de 153.000 m² direccionada a clientes dedicados a estes segmentos.

- **Terminal Roll-On / Roll-Off e Contentores**

Este terminal consta de um cais com 450 metros de comprimento, fundos à cota de -12,00 m (Z.H.), 97.000 m² de terraplenos devidamente infra-estruturados, com áreas definidas para estacionamento e des(embarque) de mercadorias.

- **Terminal Sul - Multiusos**

A exploração comercial da operação neste terminal encontra-se concessionada, em regime de serviço público, à empresa Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.. Dispõe de um cais acostável com 400 metros de comprimento, fundos à cota de -7,00 m (Z.H.) e cerca de 47.000 m² de terraplenos, e movimenta principalmente produtos metalúrgicos, cimento, pasta de papel e produtos agro-alimentares.

- **Porto de Pesca do Largo**

Este terminal consta de uma regularização marginal na extensão de 1950 m, à qual estão ligadas 17 pontes-cais com fundos à cota de -7,00 m (Z.H.), e serve fundamentalmente os armadores de pesca do largo e as indústrias de processamento de pescado.

Este sector inclui um **Terminal Especializado de Descarga de Pescado**, com 160 metros de comprimento, totalmente equipado com as infra-estruturas necessárias ao funcionamento de uma unidade desta natureza.

- **Porto de Pesca Costeira**

Este sector oferece um conjunto de infra-estruturas dedicadas à descarga, armazenagem e comercialização de pescado aos comerciantes locais. A lota e a fábrica de gelo encontram-se concessionadas à empresa Docapesca, Portos e Lotas, S.A..

Situado junto ao porto de Pesca Costeira, encontra-se o **Porto de Abrigo para Pequena Pesca**, com capacidade para 136 embarcações. Possui ainda um edifício de apoio e 72 armazéns de aprestos.

A zona portuária integra ainda áreas ocupadas com estaleiros navais e instalações diversas, licenciadas ou concessionadas a privados, bem como áreas de reserva de terrenos disponíveis para a futura implantação de actividades industriais e logísticas.

- **ZALI - Zona de Actividades Logísticas e Industriais**

O Porto de Aveiro conta com uma área de 130 ha servida com óptimos acessos terrestres (auto-estrada e linha férrea), situada entre o Terminal Ro-Ro e o Terminal de Granéis Sólidos onde se situa a área da ZALI - Zona de Actividades Logísticas e Industriais.

A ZALI será uma plataforma logística portuária inter modal com a missão de facilitar a implantação de empresas operadoras do sector logísticos e de empresas para as quais o factor de proximidade com o Porto pressuponha um valor acrescentado à sua cadeia logística. A plataforma dispõe de uma linha de cais de 1.080 metros com um calado de 12 metros.

- **Plataforma Logística Portuária de Aveiro - Pólo de Cacia**

Inaugurado no dia 20 de Fevereiro de 2009, o Pólo de Cacia da Plataforma Logística Portuária de Aveiro situa-se a cerca de 9 km do Porto e inclui uma ligação directa à Linha do Norte (Porto - Lisboa).

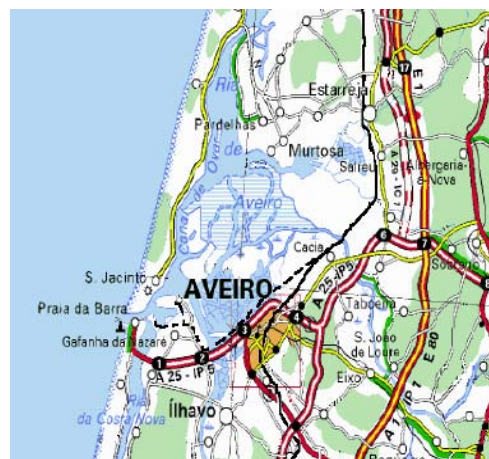
O Pólo de Cacia é caracterizado por uma área total de 98.000 m², 30.000 m² para estacionamento, 33.550 m² de área de expansão e 8 linhas (2 de carga/descarga e 6 de movimentação).

2.5.4. Acesso Terrestre

O porto de Aveiro está servido por um conjunto de acessos rodoviários com características de auto-estrada. Ao nível dos acessos rodoviários, o porto de Aveiro está ligado às principais cidades do País pelas auto-estradas A1, A29, A17 e A25, o que lhe permite uma fácil ligação ao seu *hinterland*. Estas auto-estradas, que se estendem até ao pórtico de entrada do porto, não estão congestionadas e não atravessam zonas densamente urbanizadas. De referir ainda que o ano de 2009, ficou concluída a acessibilidade ferroviária ao porto de Aveiro.

2.5.5. Acesso Marítimo

As características da barra de acesso ao porto de Aveiro, nomeadamente a cota de profundidade, a largura do canal de entrada e as condições de navegabilidade impostas pelas marés, limitam o gabarito máximo dos navios a cerca de 9 metros de calado e 150 metros de comprimento resultado da dragagem de estabilização da barra de acesso marítimo ao porto à cota - 12,5m (Z. H) no âmbito do



projecto de “Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar.

2.6. Localização

A sede da Administração do Porto de Aveiro situa-se no Forte da Barra, edifício 9, encontrando-se todos os seus principais terminais, com excepção do Terminal Sul (sito no concelho de Aveiro), na cidade da Gafanha da Nazaré, que possui menos de 15.000 habitantes e está integrada no concelho de Ílhavo que tem cerca de 40.000 habitantes. Contrariamente ao que se verifica em outros portos nacionais da faixa atlântica central, o porto de Aveiro não está sujeito a pressões urbanas significativas.

Refira-se que o porto de Aveiro tem a preocupação de salvaguardar os imperativos ambientais associados ao facto de se situar dentro da ria de Aveiro e junto à Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto.



2.7. Dimensão

O porto de Aveiro é o quinto maior porto nacional, depois do porto de Sines, Leixões, Lisboa e Setúbal, pela respectiva ordem de movimentação de mercadorias.

A distribuição da carga movimentada no porto, foi de 47,50% para os Granéis Sólidos, 29,91% para a Carga Geral e 22,59% para os Granéis Líquidos.

Contando com o empenho e dedicação de 113 funcionários/as, no ano transacto a empresa atingiu um volume de negócios de aproximadamente 12,1 milhões de euros (observando-se um

decrécimo em relação a 2008 de cerca de 1 milhão de euros), tendo sido verificado um movimento de mais de 3 milhões de toneladas.

Em jeito de conclusão, o porto de Aveiro encontra-se em fase de franco crescimento, tendo como ambição aumentar a capacidade de recepção de navios e melhorar a prestação de serviços aos seus clientes até 2015, o que lhe permitirá consolidar-se como um centro vital para diversas actividades industriais e comerciais e alargar e potenciar o seu hinterland.

3. Parâmetros para o Relatório

3.1. Perfil do Relatório

A APA, S.A. compromete-se a reeditar anualmente uma nova versão deste Relatório para comunicar às partes interessadas o seu desempenho em matéria de sustentabilidade.

Este relatório foi preparado com base nas linhas de orientação da *Global Reporting Initiative* em vigor, (GRI, versão 3.0). Dos indicadores de desempenho apresentados pelo GRI foram seleccionados e calculados os que consideramos relevantes para a compreensão da sustentabilidade da empresa. Estes indicadores foram calculados para o ano em análise, bem como, e sempre que possível, para os dois últimos anos anteriores, de modo a permitir a análise comparativa e evolutiva.

Apesar deste relatório não ter sido verificado por uma entidade externa, os dados económicos foram auditados no âmbito da auditoria ao Relatório e Contas 2009.

No capítulo 6 deste Relatório é apresentada a tabela que identifica a localização do índice GRI.

3.2. Âmbito do Relatório

As informações divulgadas neste relatório dizem respeito à actividade principal da APA, S.A., a actividade portuária.

Este documento estará disponível em www.portodeaveiro.pt, e todas as informações adicionais, comentários ou sugestões podem ser obtidas através do mesmo, na secção de apoio ao cliente.

4. Governança, compromissos e envolvimento

4.1. Governação

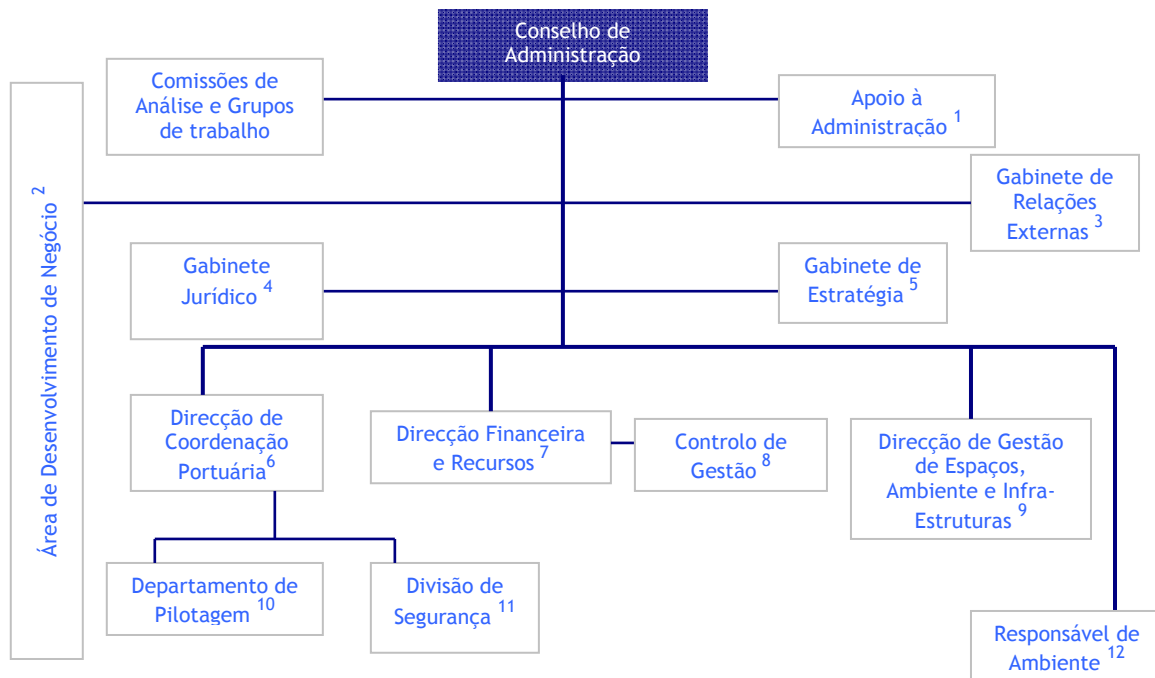
4.1.1. Estrutura de Governação

Enquanto sociedade anónima, a APA, S.A. é gerida por um Conselho de Administração composto por um Presidente e dois Vogais, tendo, ainda, como órgãos sociais a Assembleia-Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, cujas competências se encontram definidas pormenorizadamente nos estatutos aprovados no Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro, alterados pelo Decreto-Lei n.º 40/02, de 28 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 46/02, de 2 Março e pela Deliberação da Assembleia-Geral de 31 de Março de 2008.

Nos quadros abaixo são apresentados os Órgãos Sociais da APA, S.A., que exerceram funções durante o ano de 2009.

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Assembleia-Geral (AG)			
Accionista	Accionista com direito a voto, Estado representado pela pessoa que for designada em despacho conjunto do Ministério das Finanças e do Ministro responsável pelo Sector Portuário		
Mesa da AG (Presidente)	Associação Industrial do Distrito de Aveiro, representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho	31-03-2008	2008/2010
Mesa da AG (Secretário)	Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	31-03-2008	2008/2010
Conselho de Administração			
Presidente	Eng. José Luís de Azevedo Cacho	31-03-2008	2008/2010
Vogal (1)	Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva	31-03-2008	2008/2010
Vogal (2)	Dr. Luís Manuel Dionísio Marques	31-03-2008	2008/2010
Conselho Fiscal			
Presidente	Dr.ª Maria Isabel Louro Caria Alcobia	31-03-2008	2008/2010
Vogal (1)	Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	31-03-2008	2008/2010
Vogal (2)	Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta	31-03-2008	2008/2010
Suplente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	31-03-2008	2008/2010
Revisor Oficial de Contas			
Efectivo	PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda representada por Dr. José Pereira Alves ou, em substituição, por Dr. António Joaquim Brochado Correia	12-09-2008	2008/2010
Suplente	Dr. José Manuel Henriques Bernardo		

Organicamente a APA, S.A. dispõe de 5 órgãos de assessoria e apoio à gestão, encontrando-se hierarquizada em 3 grandes áreas funcionais que agregam um conjunto de sectores e serviços destinados a dar cabal cumprimento às atribuições funcionais de cada área de actividade.



1 - Apoio à Administração

Objectivo: Apoiar administrativamente o Conselho de Administração, bem como auxiliá-lo no seu processo de decisão.

2 - Área de Desenvolvimento de Negócio

Objectivo: Coordenar a actividade comercial (captação, desenvolvimento e fidelização de clientes) e o Marketing.

3 - Gabinete de Relações Externas

Objectivo: Representar o porto de Aveiro em organismos envolvidos na actividade portuária afirmando o seu posicionamento no âmbito nacional e internacional.

4 - Gabinete Jurídico

Objectivo: Assegurar a prestação do apoio jurídico à APA, S.A., S.A., bem como organizar e gerir todos os processos de contencioso.

5 - Gabinete de Estratégia

Objectivo: Assessorar o Conselho de Administração na definição das grandes linhas estratégicas, através da análise dos elementos macro-económicos, das potencialidades/oportunidades de desenvolvimento e das respectivas necessidades, com vista à organização e planeamento da actividade portuária. Coordenar a componente de Marketing, Relações Públicas e Informática.

⁶ - Direcção de Coordenação Portuária

Objectivo: Assegurar a gestão global da actividade portuária, procedendo à execução das operações portuárias e garantindo a manutenção dos equipamentos instalados.

⁷ - Direcção Financeira e Recursos

Objectivo: Assegurar o planeamento, organização e controlo de toda a actividade operacional das áreas de Contabilidade, Financeira, Orçamental, Patrimonial, Recursos Humanos e Compras.

⁸ - Controlo de Gestão

Objectivo: Coordenar e supervisionar as tarefas ligadas às áreas de auditoria e controlo de gestão; Supervisionar a elaboração de procedimentos e definição de metodologias; Definir melhorias a introduzir na gestão e funcionamento de processos; Coordenar reuniões com os Responsáveis das diversas Áreas Funcionais.

⁹ - Direcção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infra-Estruturas

Objectivo: Coordenar toda a actividade relacionada com obras e projectos (novas construções e manutenção das existentes), bem como gerir o território e os recursos naturais melhorando assim a qualidade do ambiente na área de jurisdição da APA, S.A..

¹⁰ - Departamento de Pilotagem

Objectivo: Gerir os meios materiais e humanos afectos, de modo a garantir a prestação eficaz dos serviços (entradas e saídas da barra, navegação nos canais interiores, largadas e atracções) e uma resposta adequada a outras solicitações, internas ou externas.

¹¹ - Divisão de Segurança

Objectivo: Assegurar a definição, fiscalização e cumprimento das normas de segurança a respeitar por todos os serviços, concessionários e outros agentes.

¹² - Responsável de Ambiente

Objectivo: Identificar os impactes ambientais e avaliar a sua significância; Elaborar o Programa de Gestão Ambiental; Colaborar na elaboração do Relatório de Suporte à Revisão do SGA; Definir os objectivos e metas ambientais.

De referir que transversalmente funcionam três comités a saber:

- Comité de coordenação - integra os elementos do Conselho de Administração e todos os elementos com responsabilidade de liderança de uma direcção. Lidera e coordena a execução da estratégia aprovada pelo CA para as diferentes direcções;

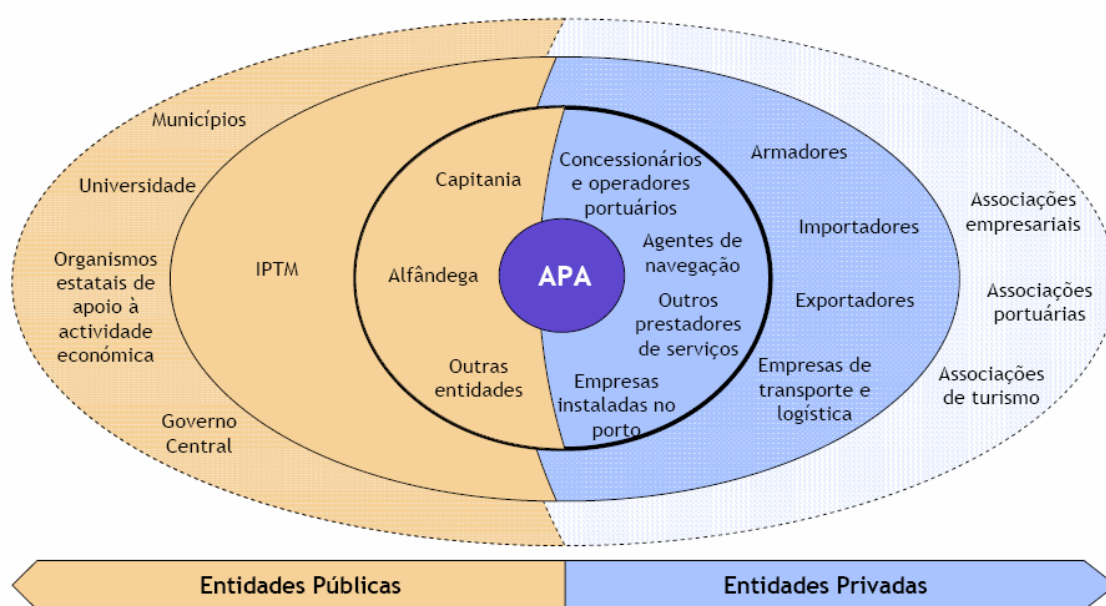
- Comité de Negócio - revê todos os temas chave da gestão comercial do porto (clientes, concessões, licenças) e a sua inter-relação com outras áreas da organização e da Comunidade Portuária. Há casos onde a função comercial pode ser potenciada pela intervenção directa do

Conselho de Administração ou pela actuação de outras áreas / departamentos. O Comité reúne a visão de diferentes áreas do porto, integrando pontos coincidentes e articulando uma única estratégia comercial;

- Comité operacional - debate temas de natureza operacional do porto (ex.: segurança marítima e portuária, ambiente, infra-estruturas portuárias, obras ...) que em dado momento sejam considerados críticos para o porto. Será um fórum para estimular o alinhamento das diferentes direcções nas acções a levar a cabo, planeamento, gestão, troca de experiências, partilha de erros e dificuldades surgidas, comunicação, aproveitamento de sinergias e partilha de conhecimentos. Neste contexto, deverá potenciar o envolvimento das diferentes direcções do porto a fim das mesmas prestarem o seu contributo para ajudar a ultrapassar e solucionar dificuldades surgidas.

4.1.2. Envolvimento das partes interessadas

As actividades desenvolvidas no porto de Aveiro envolvem um conjunto muito alargado de entidades, públicas e privadas, que se podem representar graficamente como organizadas em círculos concêntricos com um núcleo central onde se encontra, naturalmente, a autoridade portuária.



4.1.2.1. Clientes

A APA, S.A. detém a figura de Provedor do Cliente do Transporte Marítimo do Porto de Aveiro, visando garantir os direitos de quem utiliza o transporte marítimo, em conformidade com uma das directrizes consignadas nas “Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário”.

A defesa e promoção dos direitos, as garantias e interesses legítimos dos/as clientes do Porto de Aveiro, o dever de informar e esclarecer os/as clientes do Porto de Aveiro do âmbito de actuação, a responsabilidade e competências das diversas entidades que intervêm no transporte marítimo ou em actividades complementares a ele directamente interligadas, são algumas das

funções a exercer pelo primeiro titular da provedoria portuária aveirense, que goza de independência no exercício das suas funções.

Os/as clientes do Porto de Aveiro passam, assim, a poder apresentar ao Provedor, queixas, reclamações e solicitações referentes a acções e omissões das entidades intervenientes no transporte marítimo e actividades complementares.

De acordo com os estatutos do novo cargo, o Provedor dispõe da faculdade de iniciativa própria no exercício da sua actividade, não se subsumindo esta às queixas e reclamações que lhe forem apresentadas.

A APA, S.A. tem vindo a melhorar sustentadamente os seus sistemas de informação, de forma a desburocratizar os procedimentos e processos administrativos e a facilitar o acesso à informação relevante por parte dos/as clientes e operadores.

Actualmente, estão implementados, os seguintes sistemas principais:

- Newsletter Electrónica, desde 2005;
- Novo site na Internet, disponibilizado desde Julho de 2009;
- JUP - Janela Única Portuária, garante a simplificação/harmonização de procedimentos com todos os agentes económicos e restantes Autoridades (Marítima, Sanitária, Veterinária, Fronteiras e Policiais), desde 2009;
- GIAF - sistema de gestão financeira e administrativa, desde 2005;
- SIGPOR - sistema de gestão de tarifas e facturação, desde 2006;
- VTS - Vessel Traffic System, sistema de gestão do tráfego portuário e costeiro, implementado em 2007.

Refira-se ainda que está disponível no site da APA, S.A. - <http://www.portodeaveiro.pt> - a APA, net. Trata-se de uma área dedicada exclusivamente aos/às clientes e parceiros de negócio da APA, S.A. que permite a consulta privada aos sistemas de informação interna, nomeadamente a consulta ao sistema financeiro (GIAF), onde podem ser visualizadas as contas-correntes de cada cliente, através da atribuição de *password*. O site permite ainda o envio de sugestões, reclamações ou dúvidas para a APA, S.A..

4.1.2.2. Empresas Fornecedoras

A APA, S.A. privilegia o relacionamento com empresas fornecedoras e prestadores de serviços que respeitem a legislação em vigor e demonstrem cumprir práticas ambientalmente correctas. Esta empresa tem ainda como preocupação evitar negócios com fornecedores/as de reputação duvidosa.

Nas suas análises comparativas de fornecedores/as, o porto de Aveiro procura incentivar aqueles que demonstrem encontrar-se nos padrões de qualidade e eficiência exigidos de modo a

posicionarem-se de forma competitiva, tendo sempre como pressuposto o respeito pelas imposições legais e sociais, o que por vezes leva ao afastamento de propostas com custos mais atractivos.

Em matéria de aquisição de bens e serviços, a APA, S.A. observa os procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, a cujo cumprimento se encontra vinculado *ex vi* do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º, e sem prejuízo do disposto no artigo 12º, ambos do citado diploma legal.

4.1.2.3. Concessionários

Na prossecução de uma estratégia de sustentabilidade com objectivos claros e ambiciosos é necessário o envolvimento de todas as entidades e muito particularmente de todas as empresas situadas em área portuária, pois a sua acção é preponderante para o alcance das metas propostas. Desta forma, na realização contratual são incorporadas regras às empresas visadas de forma a incentivar a melhoria do seu desempenho ambiental e social.

4.1.2.4. Administração Central e Local

O Governo Central, os Municípios e os diversos organismos estatais de apoio à actividade económica, são, dadas as suas funções de suporte e de enquadramento da actividade dos portos, fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Porto de Aveiro.

São as entidades da administração central que apoiam financeiramente o sector portuário, legislam e definem as políticas e estratégias para o sector, pelo que há diversas áreas nas quais o apoio das autoridades nacionais e locais é fundamental, com destaque para a melhoria dos acessos ao porto, ordenamento do território, criação de portos secos e melhoria do enquadramento organizacional e regulamentar.

4.1.2.5. Comunidades Locais

No que diz respeito ao envolvimento da comunidade nos projectos vitais para o porto, são realizadas consultas a entidades externas à APA, S.A., no sentido de colher o seu contributo, considerado essencial para o aprofundar e sustentar opiniões desenvolvidas internamente.

Em paralelo, no que toca ao seu envolvimento com a Comunidade, a APA, S.A. contribui activamente para o desenvolvimento de iniciativas promovidas por diversas instituições de cariz social e religioso da região (grupos desportivos, bombeiros, paróquia, escolas).

4.1.2.6. Instituições Académicas

A APA, S.A. detém inúmeras parcerias com instituições de ensino, tanto superior como secundário, numa óptica de permanente aproximação entre a cultura académica e empresarial,

traduzidas quer no acolhimento de estágios de nível universitário ou secundário, quer no apoio de projectos específicos, apostando num claro envolvimento com o ensino na região.

A filosofia inerente aos estágios desenvolvidos é a de conferir uma formação tão prática quanto possível, orientada para o mercado de trabalho, visando possibilitar ao estagiário um contacto com a realidade da sua área de formação, bem como a aprendizagem de metodologias e técnicas que integrem conhecimentos interdisciplinares, procurando-se assim estabelecer um elo de ligação entre os ensinamentos e a futura actividade profissional.

Formalmente, a APA, S.A. detém protocolo com a Universidade de Aveiro, ISCA - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, Escola Superior Náutica Infante D. Henrique, Centro de Seguridad Marítima Integral Jovellanos, ISCIA - Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, APGB - Administração dos Portos da Guiné-Bissau, Escola Nacional de Bombeiros, Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências da Gafanha da Nazaré e São Bernardo.

De referir, que a APA, S.A. concedeu no ano de 2009, sete estágios curriculares, em média com uma duração de 3 meses, não remunerados, mas beneficiando, os estagiários, de direito a transporte e de refeição gratuita na cantina.

4.1.2.7. Outros elementos da Comunidade Portuária

As restantes entidades privadas e públicas com uma intervenção importante nas actividades do porto de Aveiro podem ser classificadas em dois níveis:

- comunidade intraportuária; e
- comunidade extraportuária.

Da comunidade intraportuária fazem parte todas as entidades que trabalham directamente com o porto, como a Capitania do porto de Aveiro, a Alfândega de Aveiro, os operadores portuários, agentes de navegação, as empresas instaladas no porto e outras.

A comunidade extraportuária é composta por armadores, importadores e exportadores, empresas de transporte de logística e associações empresariais e outras, que têm interesses em comum com o porto de Aveiro e que colaboram, participando em parcerias e cooperando na promoção do porto e da região.

4.1.2.8. Colaboradores/as

O bem-estar dos/as colaboradores/as é fulcral para o sucesso da organização. Nesse sentido a APA, S.A. concede diferentes benefícios sociais, nomeadamente ao nível da saúde e da formação. No âmbito da saúde, a APA, S.A. contratou um seguro de saúde que comparticipa a maioria das despesas médicas apresentadas, incidindo sobre o remanescente não comparticipado nem pela APA, S.A., nem pela Administração Regional de Saúde.

Uma das apostas mais significativas da APA, S.A. que intervém directa e claramente no desempenho da própria organização, diz respeito ao incremento da formação profissional, pessoal e humana dos/as seus/suas colaboradores/as. A política da APA, S.A. no âmbito da formação consiste no incentivo e em proporcionar mais e melhores formações direccionadas directa ou indirectamente para a melhoria do desempenho individual e global, concedendo, de igual forma, regalias que vão além das obrigações legais inerentes ao estatuto de trabalhador-estudante.

4.1.2.9. Mapa da Estratégico da Qualidade

No âmbito do cumprimento do Plano Estratégico do porto de Aveiro, iniciou-se, em 2008, a implementação de um sistema de gestão da qualidade, destinado a garantir a excelência e a qualidade do serviço em todas as actividades desenvolvidas pela APA, S.A..

A 20 de Novembro de 2009 foi aprovado o Mapa da Estratégia da Qualidade, elaborado de acordo com a metodologia *Balanced Scorecard*, sendo assumida como Visão “*Criar uma cultura de qualidade no Porto de Aveiro*” e como Missão “Garantir a excelência e a qualidade do serviço em todas as actividades desenvolvidas pela APA, S.A.”.

O mapa da Estratégia encontra-se focalizado na melhoria de 3 processos, considerados fundamentais para a mudança organizacional associada à adopção plena do modelo de *landlord port*:

- Gestão das Concessões;
- Pilotagem;
- Front Office.

A APA, S.A. pretende, indubitavelmente, adoptar como valor de actuação a “*satisfação do/a cliente*”, descrito como a orientação para a qualidade da prestação de serviços, com permanente adaptação às necessidades dos/as clientes.

5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho

Pretende-se com este capítulo efectuar uma abordagem de gestão nas diferentes vertentes que a integram: Económica, Ambiental e Social.

Para estas, foram calculados os indicadores de desempenho, conforme listados no capítulo 6 - Índices do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade tendo-se, como referido anteriormente, optado por recorrer aos Indicadores GRI, referencial multi-empresa e multi-sector.

Para a elaboração do presente relatório, optámos pela inclusão de um número reduzido de indicadores, classificados de essenciais, apresentando, sempre que possível valores para os anos de 2007 a 2009.

Incluímos ainda neste capítulo a Segurança, dado que esta constitui uma importante componente da Gestão, referindo as principais acções desenvolvidas.

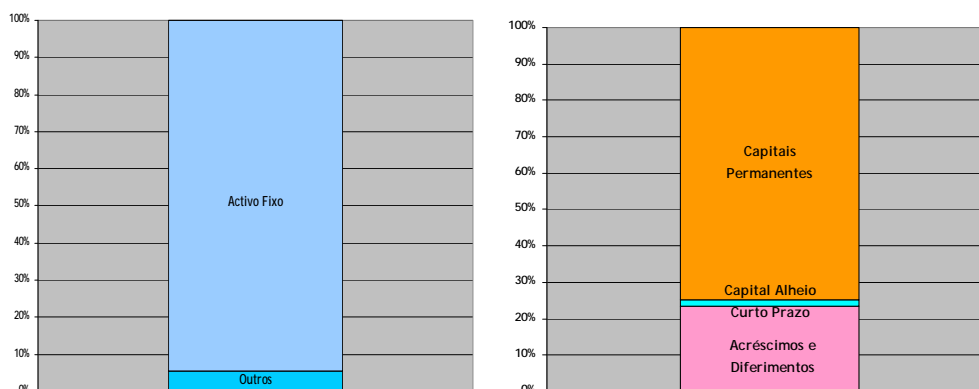
É pois objectivo fornecer às partes interessadas uma imagem fiel da Gestão que tem vindo a ser praticada por esta empresa, ao longo destes três últimos anos, incluindo a informação julgada relevante para as partes interessadas.

5.1. Indicadores de Desempenho Económicos

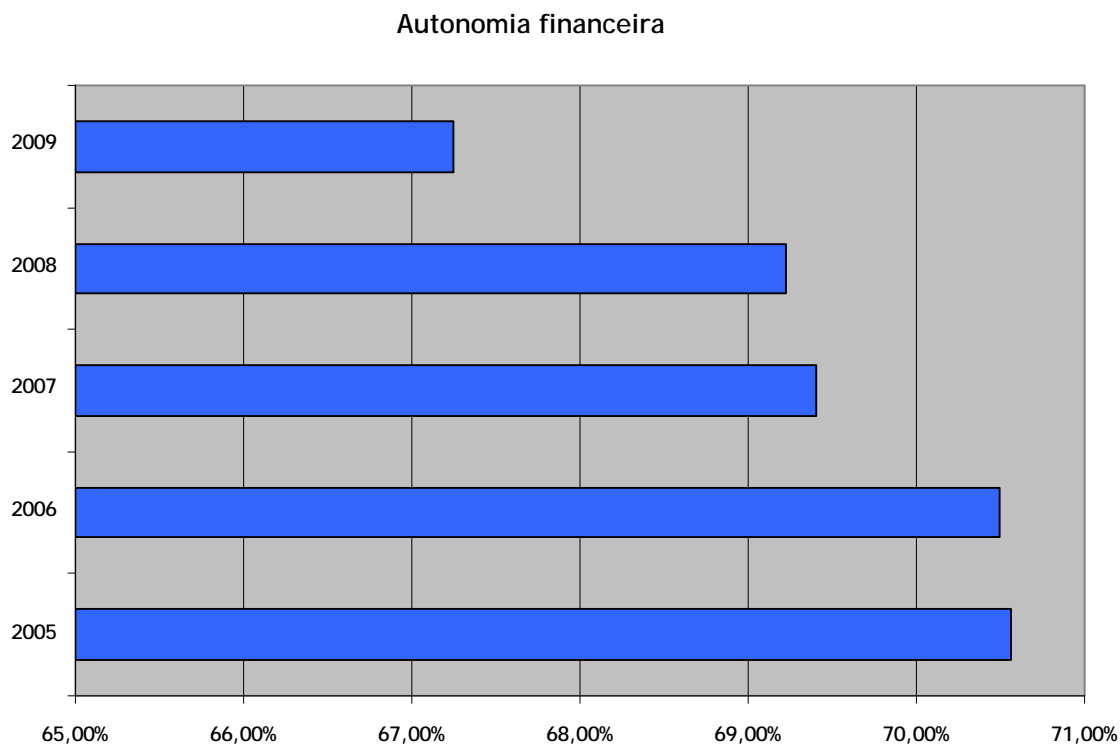
5.1.1. Desempenho Económico - Financeiro

A situação financeira da APA, S.A. caracteriza-se historicamente por um nível elevado de autonomia financeira e um bom equilíbrio do balanço, sendo a cobertura do imobilizado líquido integralmente assegurado por fundos de longo prazo - capitais próprios, subsídios e empréstimos de longo prazo.

Representação do Balanço 2009



Contudo, e não obstante a situação financeira da APA, S.A. se manter actualmente equilibrada, a implementação do plano de investimentos levou, nos últimos 5 anos, a um aumento sustentado do activo líquido que não foi acompanhado pela injeção de capitais próprios, resultando numa redução progressiva do nível de autonomia financeira.



No que respeita à situação económica, a APA, S.A. apresentou em 2009 uma melhoria do Resultado Líquido. Esta evolução decorre da variação positiva no Resultado Extraordinário, como se constata no quadro abaixo.

Valores em €			
	2007	2008	2009
Resultado Operacional	-1.413.763	-544.702	-2.079.962
Resultado Financeiro	-402.076	-312.290	-462.398
Resultado Extraordinário	2.061.908	1.390.347	2.787.083
Resultado Antes de Imposto	246.069	533.355	244.724
Imposto	141.915	312.024	18.371
Resultado Líquido do Exercício	104.155	221.331	226.353

A evolução do Resultado Operacional, com uma diminuição de 1.535 mil euros, relativamente ao ano anterior, é o reflexo de uma diminuição dos Proveitos Operacionais em 8,17%.

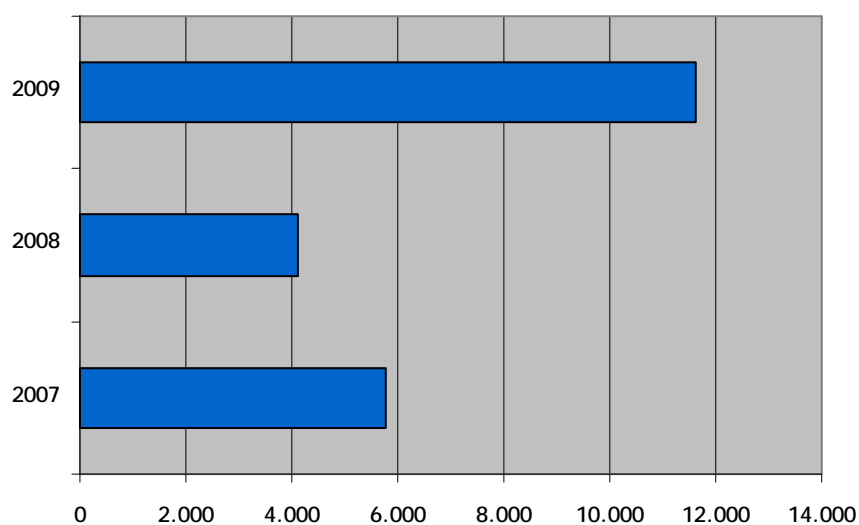
Valores em €

	2007	2008	2009
VAB	10.819.968	12.448.777	10.332.803
Impostos	171.452	149.169	137.483
Custos com o Pessoal	5.234.090	5.113.507	5.209.492
Encargos Financeiros	613.383	814.053	726.617
Amortizações	4.781.758	5.059.692	5.465.566
Provisões e Ajustamentos	1.384.958	1.857.058	873.607
Resultado Operacional	-1.365.673	-544.702	-2.079.962

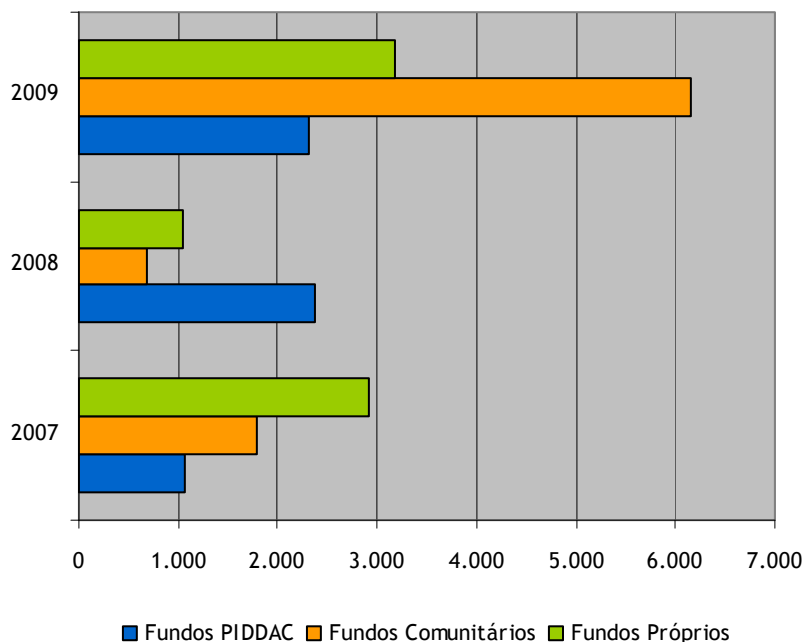
A diminuição do Valor Acrescentado Bruto no ano de 2009, decorre do decréscimo do Resultado Operacional (-1.535 mil €) e da diminuição nas Provisões e Ajustamentos (-983 mil €), conforme apresentado no quadro acima.

5.1.2. Análise ao Investimento

O montante de investimento executado em 2009 ascendeu a 11,6 milhões de euros.



No quadro seguinte, é apresentado o custo de investimento realizado nos últimos três anos, por fontes de financiamento.



Dos principais projectos de investimento estruturais executados em 2009 e, grosso modo, previstos no Plano Estratégico do porto de Aveiro para o período 2006-2015, destacam-se os seguintes:

- Construção da 3.^a fase da Via de Cintura Portuária, cujo montante executado ascendeu a 6,2 milhões de euros, do qual 1,1 milhões de euros correspondeu à conclusão do processo de expropriações e 5,1 milhões de euros à execução da empreitada propriamente dita;
- Melhoria das acessibilidades marítimas do porto, cujo montante executado ascendeu a 3,9 milhões de euros, do qual cerca de 3,8 milhões de euros correspondeu à execução da dragagem de 1º estabelecimento do novo canal exterior de acesso dos navios ao porto, com fundos à cota -12,5 Z.H. (1ª fase do projecto de reconfiguração do acesso/barra do porto de Aveiro) e 0,1 milhões de euros à execução do projecto técnico da empreitada de prolongamento em 200 m do molhe norte do porto (2ª fase do referido projecto).

No que respeita aos principais investimentos funcionais, destaca-se a execução dos seguintes:

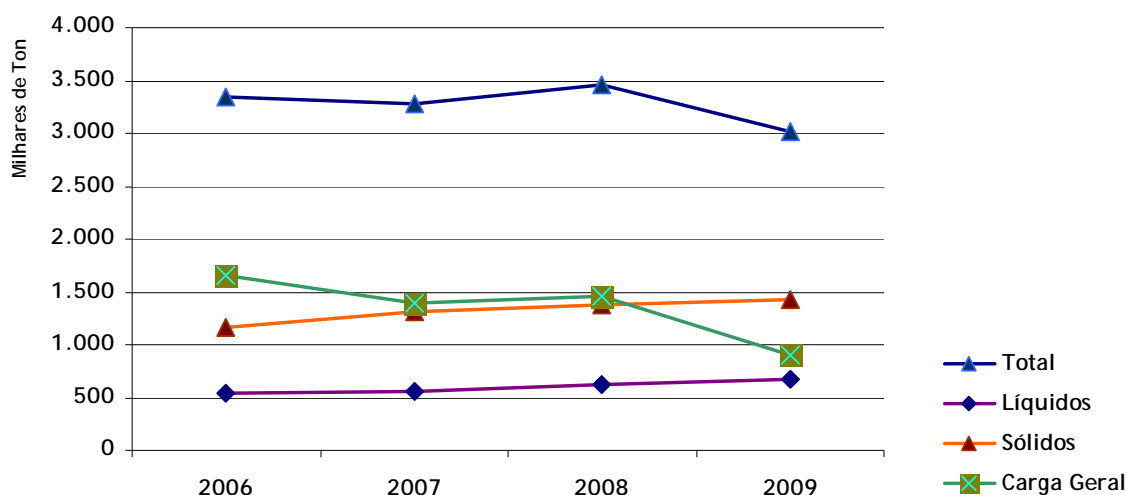
- Execução de uma dragagem de emergência da barra, no valor de 450 mil euros;
- Reconversão eléctrica e a realização de trabalhos de manutenção no guindaste eléctrico n.º 6 do Terminal Note, no valor de 267 mil euros;
- Execução de Furo de captação de Água, no valor de 103 mil euros;
- Aquisição de hardware e software, no valor de 27 mil euros.

5.1.3. Análise de tráfego e mercado

Em 2009, o movimento de mercadorias no porto de Aveiro atingiu cerca de 3 milhões de toneladas, menos 13,21%, ou 458 mil toneladas, do que no ano de 2008.

A movimentação da Carga Geral Fraccionada diminuiu 38,70%, para as 899 mil toneladas; os Granéis Sólidos progrediram 4,31% para os 1,4 milhões de toneladas e os Granéis Líquidos aumentaram 8%, até às 680 mil toneladas.

Movimento no Porto de Aveiro



5.2. Indicadores de Desempenho Ambiental

5.2.1. Gestão Ambiental

A APA, S.A. dispõe de um Sistema de Gestão Ambiental, implementado segundo a Norma *NP EN ISO 14001:2004* e integrado no sistema de gestão global da empresa. Este tipo de ferramenta permite melhorar o desempenho ambiental e induzir, a par com outros sistemas, a sistematização de processos na organização.

Em paralelo com a sua determinação em assumir um papel relevante para o progresso da região em que se insere e da vasta comunidade que serve, esta Administração está também empenhada em constituir-se como indutora de práticas que respeitem o princípio do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente.

No seguimento das acções que têm vindo a ser implementadas ao longo dos últimos anos, a APA, S.A. continua a desenvolver as acções necessárias ao total cumprimento dos requisitos legais e à melhoria do seu desempenho ambiental.

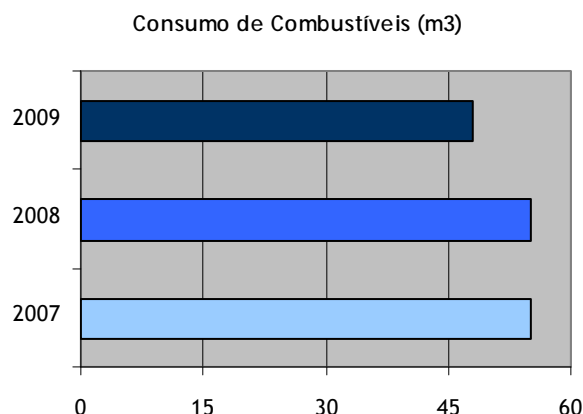
5.2.2. Desempenho Ambiental

5.2.2.1. Energia

O desempenho energético assume cada vez mais uma maior relevância no contexto da sustentabilidade económica e ambiental de uma empresa. A racionalização dos consumos e a substituição de fontes de energia fósseis por energias renováveis permite reduzir as emissões de gases que contribuem para o efeito de estufa.

A APA, S.A. utiliza combustíveis, principalmente gasóleo, para abastecimento da sua frota de veículos e alguns equipamentos portuários. O consumo de gasolina tem reduzida expressão.

	m ³		
	2007	2008	2009
Consumo de Combustíveis	55	55	48

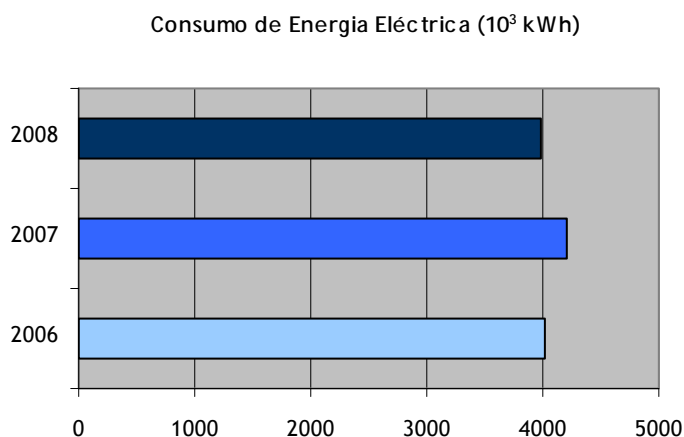


A energia eléctrica em oposição aos combustíveis, tem um importante peso nos consumos energéticos da empresa, constituindo o principal alvo das acções de racionalização de energia promovidas pela APA, S.A..

A Energia eléctrica é utilizada em equipamentos portuários, iluminação de terraplenos, iluminação das rodovias, funcionamento de instalações administrativas e operacionais. O fornecimento de energia a terceiros pela APA, S.A., em baixa tensão, representou em 2009 cerca de 44% do total de energia eléctrica recebida.

Desde 2004, têm sido desenvolvidas múltiplas acções conducentes à redução dos consumos, com particular destaque no domínio da iluminação pública. Em 2009, destaca-se a instalação de equipamentos com tecnologia LED para a iluminação parcial da via de cintura portuária e que permite uma poupança anual de energia de 12.500 kW, equivalente a uma redução de 37% do consumo específico.

	10 ³ kWh		
	2007	2008	2009
Consumo de Energia Eléctrica	4.204	3.988	3.811



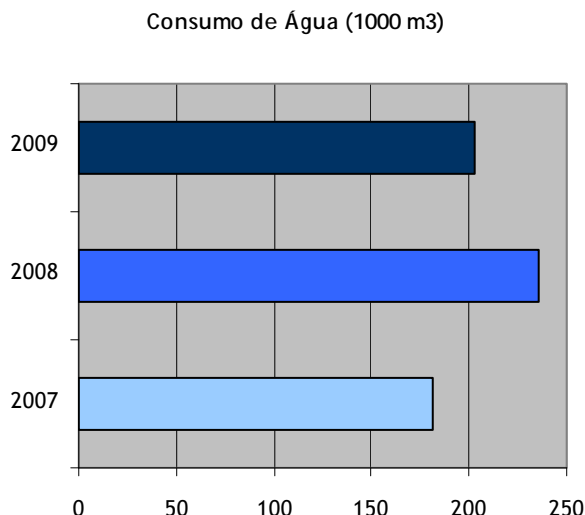
5.2.2.2. Consumo de Água

A APA, S.A. fornece água para consumo humano ao Porto de Aveiro a partir de três sistemas de abastecimento distintos. Estes sistemas estão suportados em quatro furos de captação subterrânea de água com origem no aquífero Cretácico. Este aquífero é considerado uma reserva estratégica de água, a qual suporta parcialmente o abastecimento público e industrial desta região. Em paralelo, a APA, S.A. dispõe ainda de ligação às redes dos sistemas de abastecimento público dos municípios em que o porto se localiza.

Em 2009, entraram em funcionamento novas infra-estruturas num dos sistemas de abastecimento, designadamente, um novo furo de captação de água e foram ainda instalados sistemas de tele-monitorização de algumas estações elevatórias de água e de combate a incêndios.

Os consumos de água desta Administração, associados à manutenção e limpeza das áreas portuárias, aos serviços administrativos e ainda à rega de jardins, assumem um peso expressivo no volume total captado, cerca de 45%, sendo o restante fornecido a instalações fixas de terceiros e a navios.

	10 ³ m ³		
	2007	2008	2009
Consumo de Água	181	236	203



5.2.2.3. Biodiversidade

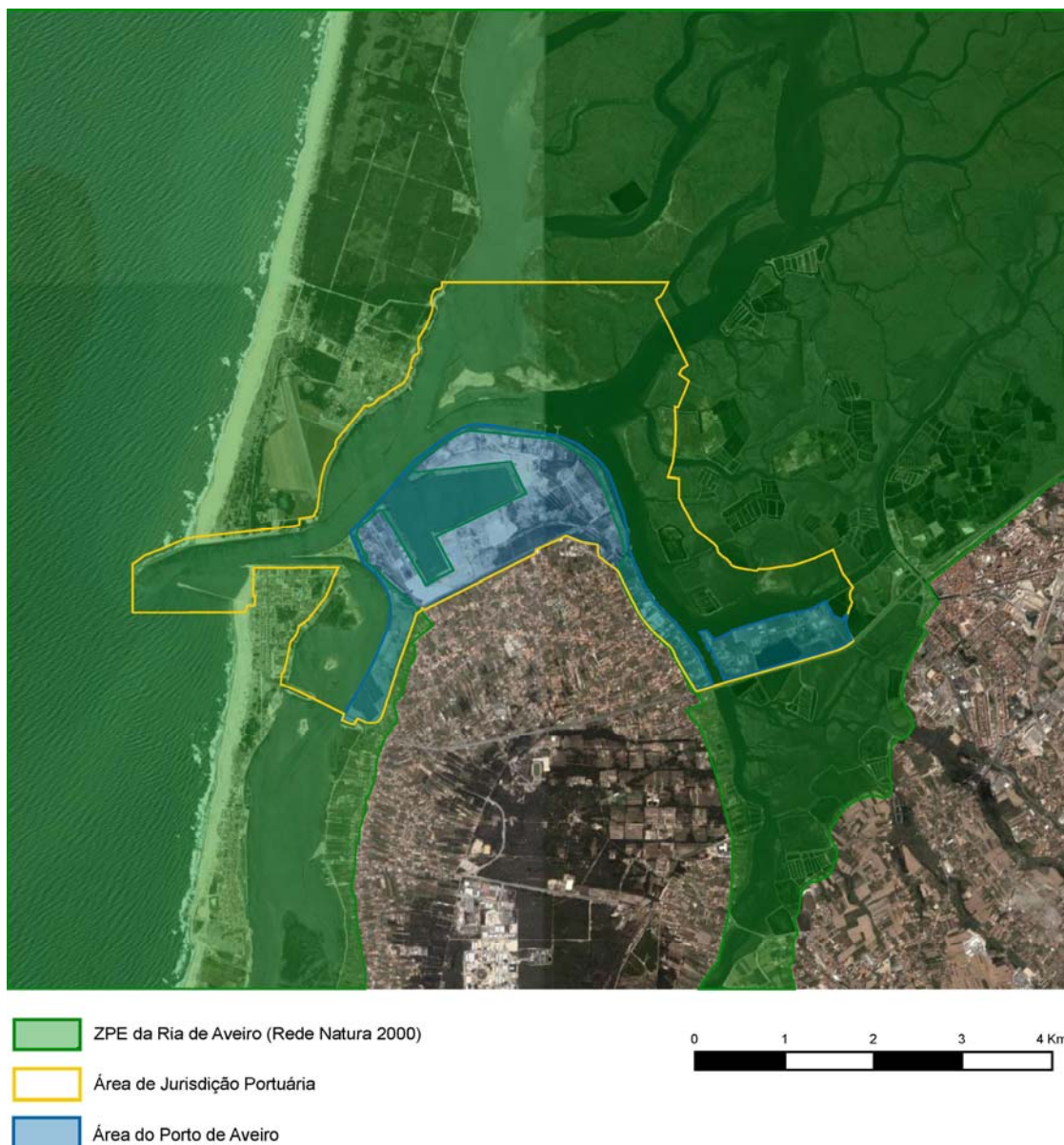
O Porto de Aveiro localiza-se no interior de uma unidade territorial singular, designada por Ria de Aveiro. Trata-se de uma zona húmida costeira, com uma área superior a 90 km², em preia-mar, onde se cruzam áreas naturais, que incluem zonas de sapal e águas livres, com áreas urbanas e industriais. A pressão exercida por estas últimas nem sempre é assimilada facilmente pelo ecossistema.

A Ria de Aveiro encontra-se incluída na Reserva Ecológica Nacional, tendo-lhe sido conferida, em 1999, o estatuto de Zona de Protecção Especial (ZPE), ao abrigo da Directiva das Aves (Directiva 79/409/CEE), visando a protecção e conservação da avifauna da Ria de Aveiro.

A área de jurisdição da APA, S.A., com cerca de 1.700 hectares, abrange 778 hectares de área molhada e 922 hectares de área terrestre, dos quais 554 hectares constituem a área portuária propriamente dita.

Algumas das áreas acima referidas encontram-se incluídas na ZPE da Ria de Aveiro, nomeadamente, os canais e bacias portuárias e os terminais de pesca. Assim, da área total de jurisdição, 1.277 hectares estão abrangidos pela referida ZPE, mantendo-se como área naturalizada cerca de 1.150 hectares, incluindo a área molhada acima referida.

As restantes zonas do porto, se bem que no exterior da ZPE, não deixam de estar em área adjacente à mesma, pelo que a sensibilidade do meio envolvente é uma das condicionantes permanentemente considerada nas acções de desenvolvimento e expansão do porto, bem como na regular operação portuária.



No âmbito da preservação ambiental e de minimização de impactes, foram executados em 2009, os Planos de Monitorização e os Estudos associados aos processos de AIA - Avaliação de Impacte Ambiental, nomeadamente, da Empreitada de Intervenção na Zona da Barra com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar e da Empreitada de Construção da 3.ª fase da Via de Cintura Portuária.

Os Planos de Monitorização executados abrangem os diferentes domínios ambientais, em função das especificidades de cada obra, em particular, destacam-se as caracterizações da evolução sedimentar e batimétrica, da qualidade dos sedimentos, da qualidade da água, das comunidades bentónicas, do ruído e da prevenção de derrames.

Volume e Qualidade dos sedimentos dragados

A APA, S.A. executa dragagens regulares de manutenção, de modo a garantir a permanente operacionalidade do Porto de Aveiro.

No ano de 2009 foram efectuada a dragagem da barra com reforço do cordão dunar, de modo a melhorar a acessibilidade ao porto, tendo os cerca de 1.100 mil metros cúbicos de inertes sido imersos a sul, entre as batimétricas -3 e -5 m (Z.H.), nos locais definidos no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental realizada para o efeito.

Estes dragados são predominantemente constituídos por areias finas a médias, de Classe 1, podendo no interior da Ria de Aveiro classificar-se nas Classes 2/3, pelo que não são expectáveis problemas de contaminação assinaláveis.

	Unidade	2007	2008	2009
Dragagens				
Volume de sedimentos dragados	10 ³ m ³	915	810	1.337
Sedimentos dragados de Classe 1 a 3 - isentos de contaminação ou com contaminação ligeira	%	100,00	100,00	100,00
Sedimentos dragados de Classes 4 ou 5* - contaminados	%	0	0	0
Sedimentos reintroduzidos no meio receptor	%	51,00	50,92	82,20

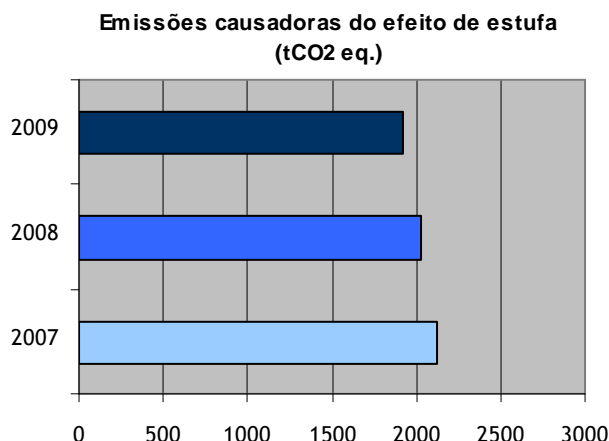
(*) Classes de contaminação definidas na Portaria 1450/2007, de 12 de Novembro

5.2.2.4. Emissões atmosféricas

A utilização de combustíveis fósseis é uma das principais causas de emissão para a atmosfera de gases que contribuem para o efeito de estufa e, portanto, para as alterações climáticas. Nos termos do Protocolo de Quioto, Portugal tem vindo a desenvolver acções no sentido de promover as energias renováveis, aumentar a eficiência energética e, consequentemente, conter ou reduzir as emissões de CO₂.

Com base no consumo de energia, atrás referido, e como vem sendo prática desta organização, calculou-se a contribuição da APA, S.A. para as emissões nacionais. Nestes cálculos incluem-se os consumos de terceiros e que representam, como já referido, cerca de 44% da energia eléctrica consumida.

	tCO ₂ eq.		
	2007	2008	2009
Total de emissões causadoras do efeito de estufa	2.124	2.022	1.921



5.2.2.5. Águas Residuais

A APA, S.A. dispõe de sistemas de tratamento de águas residuais, individuais e colectivos, que garantem a conformidade da descarga no meio receptor. A sua gestão está entregue a prestador de serviços especializado.

O tratamento das águas residuais geradas no interior de instalações industriais, áreas de armazenagem, entre outras, é garantido por cada um dos ocupantes/proprietários das instalações, nos termos da legislação em vigor.

5.2.2.6. Resíduos

O Regulamento de Gestão de Resíduos do Porto de Aveiro estabelece as principais regras aplicáveis à recolha e encaminhamento de resíduos gerados nas áreas portuárias, incluindo os resíduos provenientes dos navios, da movimentação de mercadorias e da administração de espaços, designadamente, áreas urbanas e de serviços com acesso ao público em geral. Dispõe ainda esta Administração Portuária de um procedimento interno onde se encontram estabelecidas as regras aplicáveis aos resíduos produzidos pela APA, S.A..

Estes documentos constituem-se como elementos fundamentais à necessária informação dos utilizadores/produtores de resíduos, à garantia do total cumprimento legal, à promoção da recolha selectiva e à criação das condições adequadas ao encaminhamento destes resíduos para destino final, tendo em vista a sua valorização sempre que possível.

Pela sua especificidade, a gestão de resíduos de navios é objecto de um Plano de Recepção e Gestão de Resíduos, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de Julho, e demais legislação em vigor, o qual está permanentemente disponível para consulta pelas partes interessadas. Este Plano foi revisto e encontra-se aprovado pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.

Tendo como objectivo a salvaguarda do ambiente marinho e a redução das descargas indevidas no mar de resíduos perigosos ou persistentes, a APA, S.A. promove o acompanhamento directo dos Navios e seus representantes, seja através das notificações obrigatórias dos Comandantes dos navios ou seus representantes, seja na recolha e encaminhamento dos resíduos que o navio pretende entregar.

	Unidade	2007	2008	2009
Recepção de Resíduos de Navios				
Navios entrados	n.º	977	1010	848
Notificações obrigatórias recebidas dos navios	n.º	975	997	847
Percentagem de navios que entregaram notificações	%	99,80	100,00	99,88
Navios que entregaram resíduos	n.º	801	828	716
Navios isentos de entrega de resíduos	n.º	0	13	0
Resíduos				
Resíduos notificados para entrega	m ³	835	1026	819
Resíduos efectivamente entregues	m ³	871	1131	801
Resíduos retidos a bordo para entrega noutra porto	m ³	3501	3254	2937

No que respeita aos restantes resíduos, no ano de 2009, foi ainda elaborado o Plano Tipo para a Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, com aplicação às diferentes obras, garantindo assim uma melhor gestão destes resíduos.

Em 2009, e na continuação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos, promoveu-se a remoção de algumas embarcações e equipamentos obsoletos, garantindo o seu encaminhamento para Operadores de Resíduos Autorizados.

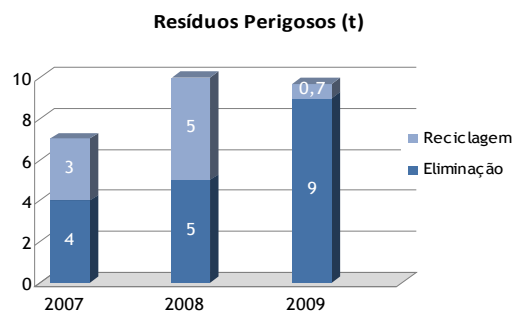
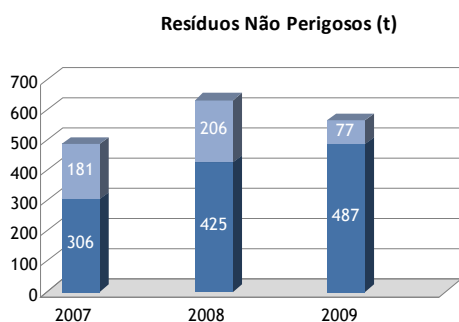
A APA, S.A. mantém o enfoque na separação e encaminhamento dos resíduos, viabilizando, sempre que possível, a sua valorização. No total de resíduos encaminhados para valorização, conforme valores indicados no quadro seguinte, incluem-se sucatas, madeiras, plásticos (da operação portuária, redes de pesca, embalagens), papel e cartão, vidro, óleo alimentar usado, pilhas, baterias ácidas de chumbo, resíduos de solvente, óleos lubrificantes usados, lâmpadas, equipamentos eléctricos e electrónicos obsoletos, veículos em fim de vida, entre outros.

Relativamente às fracções destinadas a eliminação, estas incluem os resíduos sólidos urbanos ou equiparados, bem como alguns resíduos perigosos, de que são exemplo, os óleos de porão usados, os materiais absorventes contaminados, os resíduos de alcatrão e de fibrocimento, as lamas de ETAR e os resíduos de material eléctrico.

Salienta-se que a produção anual de resíduos resultantes da exploração portuária é variável, dependendo da quantidade de mercadorias movimentadas. Contudo, é o tipo de mercadoria que determina a tipologia dos resíduos gerados e, como tal, o respectivo encaminhamento para valorização ou eliminação.

As fracções recicláveis dispostas em ecoponto urbano, tais como, embalagens de plástico e de metal, papel e cartão, vidro, são recolhidas pela empresa intermunicipal (ERSUC) responsável pela sua gestão nos municípios da região Centro, pelo que não é possível quantificar estes resíduos.

		toneladas		
		2007	2008	2009
Tipo de Resíduos	Destino			
Resíduos não perigosos (resíduos sólidos urbanos e similares, incluindo resíduos industriais banais)	Eliminação - Aterro sanitário ou aterro para RIB	306	425	487
Resíduos Não Perigosos (resíduos de madeira, sucata, plásticos da operação portuária, redes de pesca, tinteiros e toners, óleos e gorduras alimentares, papel, etc.)	Reciclagem	181	206	77
Resíduos Perigosos (lâmpadas, resíduos sólidos contendo hidrocarbonetos - materiais filtrantes, desperdícios, etc., filtros de óleo, óleos de porão)	Eliminação	4	5	9
Resíduos Perigosos (equipamentos eléctrico e electrónico, pilhas e acumuladores, pilhas de chumbo/baterias, óleos lubrificantes usados, solventes)	Reciclagem	3	5	1



5.2.2.7. Risco de derrame

Pela sensibilidade da zona envolvente conforme referido no item 2.3, a APA, S.A. dá especial atenção às questões associadas aos riscos de derrames de hidrocarbonetos ou produtos químicos, situações contempladas no Plano de Emergência Interno do Porto de Aveiro.

Assim, a APA, S.A. dispõe de sistemas de contenção e recolha de derrames, bem como exerce uma vigilância contínua sobre os navios que demandam o Porto de modo a garantir a operação em condições adequadas, em particular, dos navios contendo produtos químicos perigosos. No ano de 2009, foram efectuadas acções de manutenção da operacionalidade dos equipamentos de combate a incêndio e poluição.

De igual modo, mantém através de sondagens regulares dos fundos, o conhecimento sobre a movimentação de fundos, e assegura através das dragagens regulares de manutenção dos canais e bacias portuárias, as necessárias condições de segurança e operacionalidade do porto.

No ano de 2009 ocorreram duas intervenções de combate à poluição, por derrame de hidrocarbonetos, na sequência do afundamento de embarcações, de dimensão considerada pouco significativa.

5.2.2.8. Conformidade

Através do funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental, a APA, S.A. identifica atempadamente os requisitos legais aplicáveis no intuito de dar cumprimento às diferentes exigências ambientais.

Esta Administração não sofreu qualquer coima ou sanção acessória relativa a incumprimentos da legislação ambiental aplicável.

5.2.2.9. Custos e Investimentos com a Protecção Ambiental

A APA, S.A. afecta anualmente uma verba à gestão ambiental da organização, designadamente, para despesas com a gestão de resíduos, qualidade da água para consumo humano, gestão das águas residuais, monitorização do meio ambiente, entre outros, a que acrescem os custos com investimentos de melhoria ambiental e de formação específica nesta matéria. Em 2009, esta Administração despendeu cerca de 370 mil euros em protecção e monitorização ambiental.

5.3. Indicadores de Desempenho Social

5.3.1. Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno

5.3.1.1. Emprego

5.3.1.1.1. Evolução do Efectivo

Desde 2003 que o número de efectivos da APA, S.A. se mantinha inalterado, totalizando 122 colaboradores.

A partir de 2008 verifica-se um progressivo decréscimo do número de trabalhadores, decorrente da implementação de um mecanismo de incentivo à aposentação voluntária (de acordo com os requisitos plasmados na Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro) e de incentivo à cessação da relação jurídica de trabalho por mútuo acordo, aprovado por deliberação do Conselho de Administração de 18 de Setembro de 2008.

	N.º de trabalhadores		
	2007	2008	2009
N.º de Trabalhadores	122	120	113

Seis processos de aposentação vieram a desenrolar-se no decurso do ano de 2009 (cinco dos quais ao abrigo do mecanismo instituído), tendo ocorrido, concomitantemente, duas cessações de vínculo por mútuo acordo.

Em meados de 2009 ocorreu a contratação de uma colaboradora, a termo certo, fundamentada na necessidade de apoio à implementação do Regulamento de Avaliação do Desempenho.

Realça-se que a 31 de Dezembro de 2009 e exceptuando a colaboradora contratada a termo certo, a totalidade do efectivo se encontra vinculado ao quadro desta administração portuária.

5.3.1.1.2. Escalões Etários

Constata-se que a tendência de diminuição do nível etário médio verificada nos anos de 2007 (45,31) e 2008 (44,54), é invertida no ano de 2009, com um aumento para 46,59 anos, sendo assim o escalão etário que compreende as idades entre os 45 e os 49 anos o que detém o maior número de efectivos.

	N.º de Trabalhadores					
	2007		2008		2009	
Total	122	100,00%	120	100,00%	113	100,00%
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0	1	0,89%
De 25 a 29 anos	2	1,64%	0	0	0	0,00%
De 30 a 34 anos	7	5,74%	9	7,50%	7	6,19%
De 35 a 39 anos	15	12,30%	15	12,50%	9	7,96%
De 40 a 44 anos	30	24,59%	30	25,00%	21	18,59%
De 45 a 49 anos	37	30,33%	37	30,83%	35	30,97%
De 50 a 54 anos	18	14,75%	16	13,33%	28	24,78%
De 55 a 59 anos	9	7,38%	9	7,50%	8	7,08%
De 60 a 61 anos	2	1,64%	2	1,67%	1	0,98%
De 62 a 64 anos	2	1,64%	2	1,67%	3	2,65%

5.3.1.2. Relação entre funcionários e administração

5.3.1.2.1. Regime laboral

O regime laboral dos colaboradores das Administrações Portuárias encontra-se consagrado em diploma próprio, designado por Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro.

O EPAP abrange assim todos os colaboradores, nomeadamente os que transitaram de anteriores administrações portuárias e juntas autónomas, bem como do ex - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, com excepção do pessoal técnico de pilotagem que detém um Estatuto próprio.

De realçar que os colaboradores contratados em data anterior a 1999 mantiveram a natureza do seu vínculo e regime de aposentação (regime jurídico da função pública) sendo todas as admissões, a partir de Outubro 1999, realizadas ao abrigo do regime jurídico do contrato individual de trabalho.

Em tudo o que não se encontra regulado no EPAP aplica-se, supletivamente, o regime do contrato individual de trabalho (n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro), pelo que este Estatuto constitui assim um normativo de transição para a adopção plena do regime do contrato individual de trabalho.

O EPAP encontra-se regulamentado pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 364/2000, de 23.06, 345/2001, de 06.04, 218/2002, de 12.03, 577/2003, de 16.07, 1182/2004, de 14.09 e 1146/2005, de 08.11, 778/2006, de 09.08, 849/2007, de 07.08, 270/2008, de 09.04 e 653/2009, de 16.06.

Ao pessoal técnico de pilotagem (pilotos) aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de Março e ao pessoal técnico de pilotagem oriundo do ex-Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP), não abrangido pelo EPAP, aplica-se, embora muito residualmente, o Decreto-Lei n.º 361/78, de 27 de Novembro.

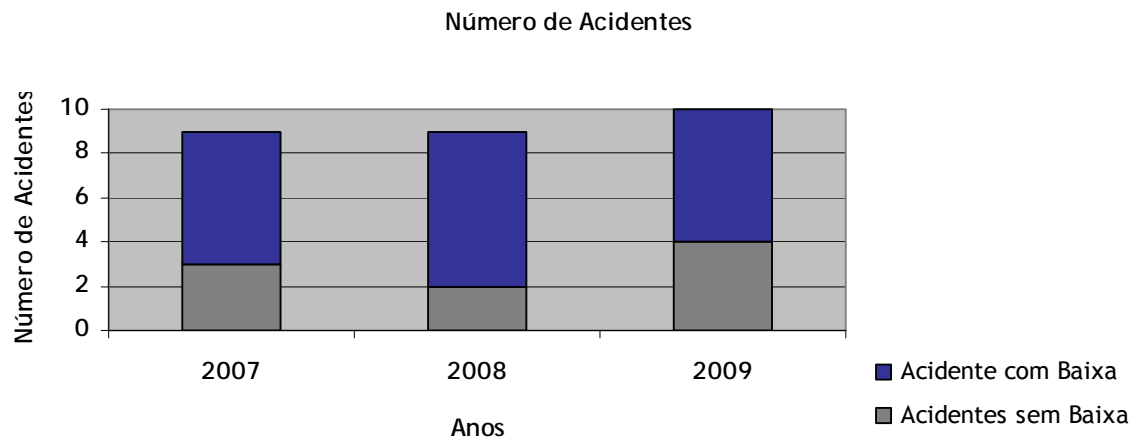
Ao pessoal técnico de pilotagem contratado para o exercício de funções na APA, S.A. após 22 de Outubro de 1999, é aplicável o Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias.

No que concerne ao regime laboral dos pilotos, haverá que atender, de igual forma, ao disposto na Portaria n.º 638/99, de 11.08, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 217/2002, de 12.03, 344/2001, de 06.09, 1186/2004, de 15.09 e 1139/2005, de 07.11, 779/2006, de 09.08, 850/2007, de 07.08, 271/2008, de 09.04 e 652/2009, de 16.06.

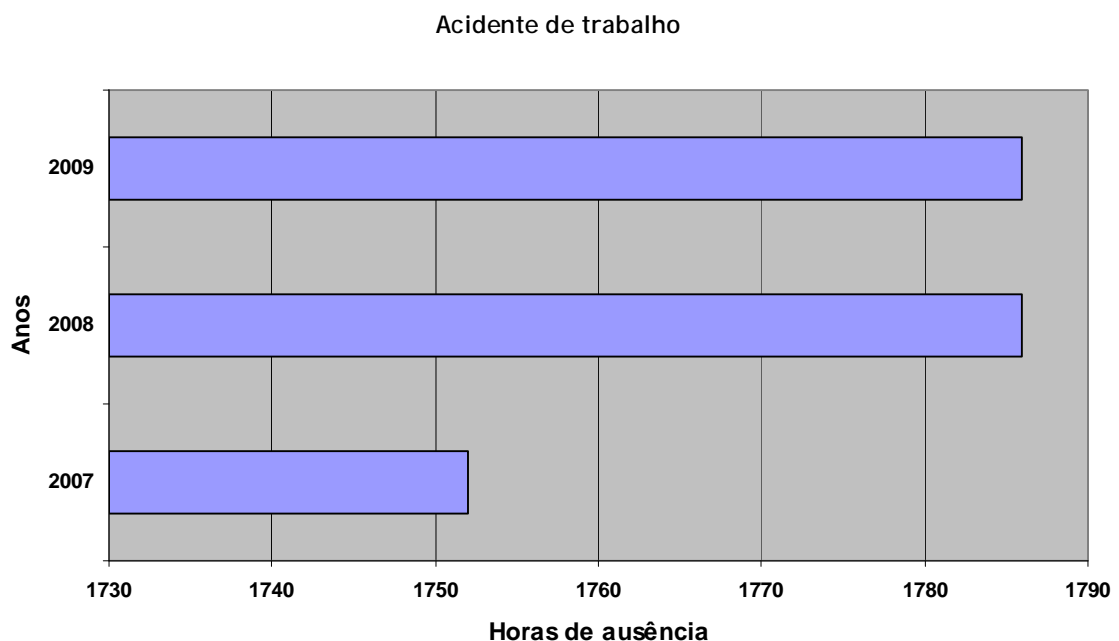
5.3.1.3. Segurança e Saúde no Trabalho

5.3.1.3.1. Acidentes de Trabalho

Constata-se que, comparativamente com 2007 e 2008, o número de acidentes registados em 2009 aumentou, realçando-se, no entanto, que esse acréscimo se situou no número de acidentes que não ocasionaram baixa.



Atento esse facto, o número de horas de ausência decorrente de acidentes de trabalho mantém-se equiparado ao ano de 2008, como se pode constatar pela análise do quadro infra:



Constata-se assim, em 2009, um decréscimo do número de acidentes com baixa, sendo, no entanto, o ano com maior número de baixas de longa duração.

Intervalo Temporal / Anos	2007	2008	2009
1 a 3 dias	1	0	0
4 a 30 dias	4	4	2
Mais de 30 dias	1	3	4
Total	6	7	6

5.3.1.3.2. Taxa de Absentismo

Da análise ao quadro infra, pode-se observar que a taxa de absentismo tem diminuído ao longo dos últimos três anos, verificando-se um decréscimo constante do total de horas de ausência.

Indicadores	2007	2008	2009
1. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	241.947	242.506	232.043
2. Absentismo (horas de ausência)	10.246	7.058	4.914
Taxa de Absentismo (2:1x100)	4,23%	2,91%	2,12%

Os principais motivos de ausência, que estão na origem do absentismo, encontram-se identificados no quadro infra:

Motivos de ausência	N.º de horas		
	2007	2008	2009
Total	10.246	7.058	4.914
Acidente de trabalho	2.112	1.540	1.838
Doença	6.854	3.641	2.237
Assistência inadiável	76	86	62
Maternidade / Paternidade	113	223	541
Suspensões Disciplinares	699	0	0
Outras Causas	372	1.568	236

5.3.3.3. Formação e Educação

A APA, S.A. aposta na progressiva melhoraria do desempenho profissional e pessoal de cada colaborador, através da implementação de Planos de Formação focalizados no alcance de objectivos estratégicos empresariais.

O quadro infra representa a evolução do índice de formação, calculado em função da carga horária sobre o total de colaboradores por categoria.

N.º de Trabalhadores									
	2007			2008			2009		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3
TOTAL	3.320	122	27,21	5.856	120	48,80	3.733	113	33,04
Dirigentes	219	3	73	277	3	92,33	127	3	42,33
Quadros superiores	1.470	30	49	2.207	30	73,57	3509	29	121
Quadros médios	35	4	8,75	198	4	49,50	55	2	27,5
Quadros intermédios	43	8	5,38	571	8	71,38	42	9	4,67
Profissionais altamente qualificados e qualificados	1.345	52	25,87	2.118	53	39,96	0	52	0
Profissionais semi-qualificados	208	12	17,33	435	9	48,33	0	7	0
Profissionais não qualificados	0	13	0	50	13	3,85	0	11	0

1 - Carga Horária total de formação

2 - Total de empregados por categoria

3 - Índice de formação (Carga Horária / Total de empregados por categorias)

De realçar a clara aposta do Conselho de Administração na formação superior pós-licenciatura, com a criação incentivos à realização de cursos avançados/mestrado/doutoramento que comprovadamente acrescentam benefício ao desempenho do colaborador e à empresa, tendo apoiado financeiramente, em 2009, a inscrição de 4 colaboradores no Mestrado de Gestão Portuária, com a duração total de 640 horas.

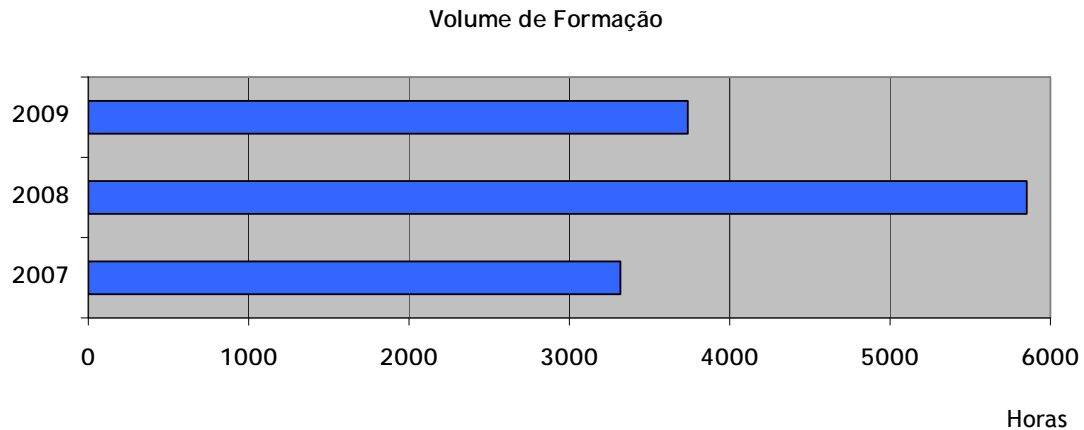
Destaca-se, de igual forma, a formação em prática de simulador que decorreu no Centro de Seguridad Marítima Integral Jovellanos em Gijón e que envolveu duas equipas do Departamento de Pilotagem da APA, S.A.. Esta formação foi ministrada ao abrigo do Protocolo de Cooperação existente entre a APA, S.A. e o Centro Jovellanos.

Assim, no ano de 2009 verificou-se um menor número de acções de formação relativamente a 2007 e 2008, mas com uma maior duração, atento o seu carácter académico e de elevada especialização.

A evolução do total de horas de formação caracteriza-se da seguinte forma:

Indicadores	2007	2008	2009
Número total de horas de acção de formação	948	1.486	3.733
Número de acções	66	62	34
Número de formandos	155	315	62

Em termos gráficos, a evolução do volume de formação do efectivo da APA, S.A. desde 2006 até 2008, foi a seguinte:



5.3.2. Diversidade e igualdade de oportunidades

5.3.2.1. Por categoria funcional

No que concerne à repartição dos efectivos por categoria funcional, as alterações repercutidas no quadro infra decorrem, na exacta medida, das saídas caracterizadas no ponto 5.3.1.1.1 “Evolução do Efectivo”.

Em 2009 e à semelhança dos últimos dois anos, constata-se que a categoria com maior número de efectivos continua a ser a dos profissionais altamente qualificados e qualificados, seguida da categoria de técnico superior.

	N.º de Trabalhadores					
	2007		2008		2009	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	85	37	83	37	79	34
Dirigentes	3	0	3	0	3	0
Quadros Superiores	20	10	20	10	18	11
Quadros médios	2	2	2	2	2	0
Quadros intermédios	6	2	6	2	6	2
Profissionais Altamente qualificados e qualificados	39	13	40	13	42	12
Profissionais semi-qualificados	12	0	9	0	6	0
Profissionais não qualificados	3	10	3	10	2	9

5.3.2.2. Por faixa etária

Como se pode verificar no quadro infra, a maioria dos efectivos encontra-se no intervalo de idades entre os 30 e 50 anos.

	N.º de Trabalhadores					
	2007		2008		2009	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres

	Total de Trabalhadores	85	37	83	37	79	34
Abaixo de 30 anos		0	2	0	0	0	1
Entre 30 a 50 anos		65	24	59	23	59	23
Acima de 50 anos		20	11	24	14	20	10

5.3.3. Direitos Humanos

5.3.3.1. Não - Discriminação

A 19 de Novembro de 2008, o Conselho de Administração da APA, S.A. aprovou o Código de Ética desta Administração Portuária, com a finalidade de tornar públicos os valores por que se rege e de entre os quais se destacam a não discriminação e a igualdade de oportunidades.

Por deliberação do Conselho de Administração em sua reunião de 30 de Dezembro de 2009 e no seguimento do Despacho de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de 6 de Novembro de 2009, foi alterada a denominação de Código de Ética para “Código de Ética e de Conduta”, dado este documento já materializar os desideratos propugnados no supra identificado Despacho ministerial.

Com efeito, a APA, S.A. compromete-se, pública e expressamente, a promover o respeito pela igualdade de oportunidades para todos os seus actuais e futuros colaboradores. Princípios como a igualdade entre géneros, raças, religião, deficiência física, orientação sexual, política, são inteiramente defendidos pela organização.

5.3.3.2. Liberdade de Associação e acordo de negociação colectiva

A APA, S.A. não discrimina ou exclui os seus colaboradores em função destes pertencerem a qualquer movimento associativo. Com efeito, 77% dos colaboradores da APA, S.A. é sindicalizada, encontrando-se representados nesta Administração Portuária, os seguintes sindicatos:

- SNTAJP: Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações e Juntas Portuárias;
- SOEMMM: Sindicato dos Oficiais e Engenheiros Maquinistas da Marinha Mercante;
- SITEMAQ: Sindicato dos Fogueiros de Terra e da Mestrança e Marinhagem de Máquinas da Marinha Mercante;
- OFICIAISMAR: Sindicato dos Capitães, Oficiais, Pilotos, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercantes;
- STE: Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado.

5.3.3.3. Trabalho Infantil

Nos procedimentos de recrutamento e selecção da empresa encontra-se expressamente excluída a possibilidade de recurso ao trabalho infantil.

Mais do que uma imposição legal que resulta da alínea a) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 421/99 de 21 de Outubro (não é admitido o recrutamento a trabalhadores com idade inferior a 18 anos)

a APA, S.A. compromete-se não só a nunca empregar mão-de-obra infantil ou forçada, como não pactuará com tais práticas por parte de terceiros que lhe forneçam produtos ou prestem qualquer tipo de serviços (ponto 4.1.2 do seu Código de Ética).

5.4. Segurança

5.4.1. Plano de Emergência Interno (Safety)

Dentro da política de prevenção e segurança existente no Porto de Aveiro, cujo objectivo principal é reduzir o risco de acidente grave envolvendo substâncias perigosas que de alguma forma possam afectar pessoas, zonas ambientais sensíveis e vias de comunicação, foram em 2009 efectuados exercícios de simulação para aplicação dos respectivos Planos de Emergência Internos das empresas instaladas no Terminal de Granéis Líquidos, nomeadamente a Petrogal, a Cires, a Prio Advanced Fuels, a Prio Bio e a Bresfor. Todos os exercícios foram acompanhados por elementos da Divisão de Segurança da APA, S.A., que articularam com os responsáveis de segurança das empresas, os procedimentos de actuação em emergência.

A Divisão de Segurança da APA, S.A., SA realizou em Novembro, no Terminal Norte, um exercício/simulacro, denominado “Porto Azul 2009”.

O exercício teve por objectivo testar o Plano de Emergência Interno (PEI) do Porto de Aveiro nos seguintes aspectos: combate a derrame de hidrocarbonetos; combate a incêndios e evacuação de sinistrados.

5.4.2. ISPS - International Ship and Port Facility Security Code

No seguimento da aplicação das medidas destinadas a reforçar a protecção dos navios utilizados no tráfego internacional e nacional e das instalações portuárias conexas, face às ameaças ilícitas intencionais e ao terrorismo foi elaborado durante o ano de 2009, o Plano de Protecção do Porto. Foram realizados diversos exercícios de protecção no âmbito do Plano de Protecção das várias instalações portuárias, destacando-se o exercício da Petrogal, no Terminal de Granéis Líquidos com a participação de algumas autoridades que compõem a Comissão Consultiva de Protecção do Porto de Aveiro.

5.4.3. Controlo do Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro

O Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro, inaugurado em Julho de 2008, e a funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana, consolidou a sua operacionalidade durante o ano de 2009.

Os serviços prestados pelo VTS, nomeadamente o Serviço de Informação e o de Assistência à Navegação, vieram demonstrar pelo trabalho realizado no primeiro ano de operação, a sua importância no reforço da segurança da navegação dos navios e embarcações que demandam o porto.

No ano de 2009, foi elaborado o Regulamento do Serviço de Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro, aguardando-se a respectiva aprovação pela Autoridade Nacional de Controlo de Tráfego Marítimo.

5.4.4. Segurança e Higiene no Trabalho

A prevenção dos riscos nos locais de trabalho desenvolveu-se no ano de 2009 de uma forma consistente em diversas áreas, com o acompanhamento dos representantes dos trabalhadores. Foi finalizado em 2009 o projecto de remodelação das oficinas mecânicas, obra que vai contribuir para uma melhoria essencial na segurança e higiene no trabalho, do espaço actualmente existente.

Refira-se ainda que o PEI (Plano de Emergência Interno) em vigor encontra-se coordenado com os PEI elaborados pelas empresas sediadas no porto de Aveiro e é tutelado pelo Plano de Emergência externo da Protecção Civil.

6. Índice do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade

Referência GRI	Indicador	Página	Obs.
1. Estratégia e Análise			
1.1	Declaração da pessoa com o maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia	2;9	
1.2	Descrição dos principais impactes, riscos e oportunidades	5	
2. Perfil Organizacional			
2.1	Denominação da organização relatora	8	
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	9;10	
2.3	Estrutura Operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e <i>joint ventures</i>	12	
2.4	Localização da sede social da organização	16	
2.5	Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as principais operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade, abrangidas pelo relatório	12	
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	8	
2.7	Mercados abrangidos	12	
2.8	Dimensão da organização relatora	17	
2.9	Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura accionista		NA
2.10	Prémios recebidos durante o período abrangido pelo relatório		NA
3. Parâmetros para o Relatório			
Perfil do relatório			
3.1	Período abrangido	19	
3.2	Data do último relatório publicado	2	
3.3	Ciclo de publicação de relatórios	19	
3.4	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo	19	

Âmbito e limites de enquadramento do relatório

3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	2;18;30	
3.6	Limite do relatório	2;18;30	
3.7	Limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório	2;18;30	
3.8	Base para a elaboração do relatório, no que se refere a <i>joint venture</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afectar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações		NA
3.9	Técnicas de medição de dados e bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes às estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e de outras informações contidas no relatório	-----	
3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações		NA
3.11	Alterações significativas, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados		NA

GRI CONTENT INDEX

3.12	Sumário do conteúdo da GRI	54	
------	----------------------------	----	--

Verificação

3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente de garantia de fiabilidade para o relatório		NA
------	--	--	----

4. Governança, Compromissos e Envolvimento

Governança

4.1	Estrutura de governança da organização	21;22	
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também exerça funções de director executivo		NA
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do conselho do mais alto órgão de governança		NA
4.4.	Mecanismos que permitem a accionistas e funcionários transmitir recomendações ou orientações ao órgão de governança hierarquicamente mais elevado	21;22	
4.5	Relação entre a remuneração dos membros do órgão de governança hierarquicamente mais elevado, dos directores de topo e dos executivos e o desempenho da organização		ND
4.6	Processos ao dispor do órgão de governança hierarquicamente mais elevado para evitar a ocorrência de conflitos de interesse		ND
4.7	Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do órgão de governança hierarquicamente mais elevado para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social		ND

4.8	O desenvolvimento interno de declarações de princípios ou de missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	4;5 e 6
4.9	Processos do órgão de governação, hierarquicamente mais elevado, para supervisionar a forma como a organização efectua a identificação e a gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	44
4.10	Processos para a avaliação do desempenho do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, especialmente em relação ao desempenho económico, ambiental e social	ND

Compromissos com Iniciativas Externas

4.11	Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma	ND
4.12	Cartas, Princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou defende	ND
4.13	Participação significativa em associações e/ou organizações de defesa nacionais/internacionais	ND
4.14	Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização	24-28
4.15	Base para a identificação e selecção das partes interessadas a serem envolvidas	24-28
4.16	Abordagens utilizadas para envolver as partes interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos, das partes interessadas	ND
4.17	Principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas e as medidas adoptadas pela organização no tratamento das mesmas, nomeadamente através dos relatórios	ND

5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho

Indicadores de Desempenho Económico

EC1	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos	30-32
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização, devido às alterações climáticas	ND
EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	NA
EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo	32-33

Presença no Mercado

EC6	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes	ND
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes	ND

Impactes Económicos Indirectos

Relatório de Sustentabilidade de 2009

EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i>	ND
EC9	Descrição e análise dos Impactes Económicos Indirectos mais significativos, incluindo a sua extensão	ND
Indicadores de Desempenho Ambiental		
Materiais		
EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume	ND
EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem	ND
Energia		
EN3	Consumo directo de energia, discriminado por fonte de energia primária	35-36
EN4	Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária de energia	35-36
EN5	Total de poupança de energia devido a melhoria na conservação e na eficiência	ND
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas	ND
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas	ND
Água		
EN8	Consumo total de água, por fonte	36-37
EN9	Recursos hídricos significativamente afectados pelo consumo de água	ND
EN10	Percentagem e volume de água reciclada e reutilizada	ND
Biodiversidade		
EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	37-38
EN12	Descrição dos impactes significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	ND
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	ND
EN14	Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade	ND
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção	ND
Emissões, efluentes e resíduos		
EN16	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso	40

Relatório de Sustentabilidade de 2009

EN17	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso	ND
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito estufa, assim como reduções alcançadas	ND
EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso	ND
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso	ND
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino	36-37
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação	40-43
EN23	Número e volume total de derrames significativos	40-43
EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da convenção de Basileia - Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional	ND
EN25	Identidade, dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afectados de uma forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial	ND
Produtos e Serviços		
EN26	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte	ND
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria	ND
Conformidade		
EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	42
Transporte		
EN29	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários	ND
Geral		
EN30	Total de custos e investimentos com a protecção ambiental, por tipo	43
Indicadores de Desempenho Social		
Emprego		
LA1	Discriminação da mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região	44
LA2	Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	44
LA3	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial	ND
Relações entre funcionários e administração		

LA4	Contratação colectiva	44	
LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva		NA
Segurança e Saúde no Trabalho			
LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional		ND
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região	46	
LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves	47-49	
LA9	Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos		ND
Formação e Educação			
LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções	47-49	
LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira		ND
LA12	Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e desenvolvimento da carreira		ND
Diversidade e igualdade de oportunidades			
LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade	21;49;50	
LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções		ND
Desempenho referentes aos Direitos Humanos			
Práticas de Investimentos e de aquisição			
HR1	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos		ND
HR2	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas		ND
HR3	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação		ND
Não discriminação			
HR4	Número total de casos de discriminação e acções tomadas	50	
Liberdade de associação e acordo de negociação colectiva			

Relatório de Sustentabilidade de 2009

HR5	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	50
Trabalho infantil		
HR6	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	51
Trabalho Forçado e Escravo		
HR7	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NA
Práticas de Segurança		
HR8	Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações	ND
Direitos dos Povos Indígenas		
HR9	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos povos indígenas e acções tomadas	NA
Desempenho social referente à Sociedade		
Comunidade		
S01	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada	ND
Corrupção		
S02	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	ND
S03	Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização	ND
S04	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	ND
Políticas Públicas		
S05	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão	ND
S06	Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país	ND
Concorrencial Desleal		
S07	Número total de acções judiciais por concorrência desleal antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	ND
Conformidade		
S08	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	ND
Desempenho referentes à responsabilidade do produto		
Saúde e Segurança do Cliente		
PR1	Ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos	ND
PR2	Refira o número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	ND
Rotulagem de produtos e serviços		
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	ND

Relatório de Sustentabilidade de 2009

PR4	Indique o número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários, relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado	ND
PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente	ND

Comunicações e Marketing

PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de <i>marketing</i> , incluindo publicidade, promoção e patrocínio	ND
PR7	Indique o número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	ND

Privacidade do cliente

PR8	Número total de reclamações registadas relativas á violação da privacidade de clientes	ND
-----	--	----


Conformidade

PR9	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	ND
-----	---	----

NA - Indicador não aplicável à organização

ND - Indicador cuja informação não se encontrava disponível para a elaboração deste relatório

Nível de Aplicação do GR

	C	C+	B	B+	A	A+
Auto declaração		----	----	----	----	----
Verificado por entidade externa	----	----	----	----	----	----
Verificado pelo GRI	----	----	----	----	----	----

7. Glossário e critérios de cálculo dos indicadores

7.1. Glossário

Arqueação Bruta (GT) - Medida do volume total de uma embarcação.

Ausências - referem-se a qualquer tipo de não comparência a um período normal de trabalho a que o colaborador está vinculado.

Biodiversidade - conceito que abrange a variedade das espécies biológicas, a diversidade genética numa dada espécie e a diversidade dos ecossistemas.

Carga fraccionada - carga apresentada em avulso, acondicionada em embalagens (ou não).

Carga geral - carga acondicionada em unidades avulsas (exemplo: caixotes) podendo ser posteriormente contentorizada.

Carga Ro-Ro - carga que se encontra acondicionada em reboque ou semi-reboque que entra ou sai do navio que a transporta por mar.

Diuturnidades - são uma forma de remunerar o tempo de serviço numa dada categoria, no pressuposto que essa permanência constitui uma mais valia de experiência e de produtividade, que deve ser compensada.

Fracções recicláveis - grupos de resíduos recolhidos separadamente e passíveis de serem reaproveitados, mediante transformação, permitindo a sua utilização para o fabrico de novos materiais.

Granéis - carga que, possuindo características uniformes, não é susceptível de contagem unitária e não se apresenta embalada.

Hinterland - zona de influência em toda a área industrial e comercial interior ligada ao porto e por ele servida.

Não-Conformidade - Não cumprimento de um requisito legal.

Reputação duvidosa - assegurar o cumprimento das obrigações fiscais e com a Segurança Social por parte dos fornecedores a quem são adjudicados fornecimentos de bens e serviços.

Terminal - instalações especializadas para a movimentação de cargas, passageiros, contentores, etc.

Partes interessadas - entidades, individuais ou colectivas, que de alguma forma afectam ou são afectadas pelo desempenho da organização.

PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

Z.H. - Zero Hidrográfico - Plano de referência situado a 2 metros abaixo do nível médio do mar.

7.2. Critérios de cálculo

7.2.1. Indicadores Económicos

Autonomia Financeira - rácio que possibilita verificar a percentagem do activo que se encontra a ser financiado pelos capitais próprios, resulta do quociente entre os capitais próprios e o activo total líquido.

Resultado Extraordinário - resulta da diferença entre os proveitos e custos de natureza extraordinária.

Resultado Financeiro - resulta da diferença entre os proveitos e custos de natureza financeira (juros suportados e obtidos, descontos de pronto pagamento obtidos e concedidos, entre outros).

Resultado Líquido - resulta da soma do Resultado Operacional, Financeiro e Extraordinário, deduzido do Imposto sobre o Rendimento, fazendo a ligação entre o Balanço e a Demonstração de Resultados.

Resultado Operacional - Resultado gerado pela actividade principal da empresa, sendo obtido pela diferença entre as prestações de serviços e os custos operacionais (custos com o pessoal, amortizações, fornecimentos e serviços externos, entre outros)

7.2.2. Indicadores Ambientais

Consumo de energia - foram somados os consumos directos - combustível (gasóleo e gasolina) da APA, S.A. e calculados os consumos indirectos, através da medição da energia fornecida pela EDP, ainda que parte desta tenha sido distribuída aos diferentes utilizadores da área portuária e, portanto, não directamente consumida pela organização.

Total de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) - a partir dos consumos de energia obtidos foram calculadas as emissões equivalentes de CO₂, tendo por base as orientações para a monitorização e a comunicação de informações relativas às emissões de gases com efeito de estufa”, publicadas na Decisão da Comissão de 2007/589/CE, de 18 de Julho, e a partir do factor nacional de emissão para a electricidade gerada, constante da portaria n.º 63/2008 de 21 de Janeiro.

Consumo de água - índice calculado com base nas medições totais dos contadores dos diferentes furos próprios de captação de água para consumo humano, bem como nas leituras dos contadores municipais de água. Os consumos de terceiros foram obtidos através das leituras dos respectivos contadores e o consumo da APA, S.A. foi estimado pela diferença entre o volume total e os consumos de terceiros. Não foram considerados os consumos de água para emergência, provenientes de furos de captação com água salobra e sem utilização regular.

Resíduos - as quantidades de resíduos foram calculados com base nas quantidades removidas no ano. Os resíduos foram divididos em resíduos perigosos e não perigosos, conforma a classificação constante da Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março. Dentro destas categorias, os resíduos foram ainda separados em função do destino final - eliminação ou reciclagem.

Risco de derrame - este indicador é definido em função do grau de significância dos derrames ocorridos e dos efeitos no meio receptor adjacente. De modo a classificar os derrames que ocorreram, recorreu-se às definições constantes da Resolução do Conselho de Ministros 25/93, de 15 de Abril, designadamente, dos graus de prontidão e das entidades responsáveis pela actuação em função do grau definido. Os derrames de 2007 a 2009 foram classificados como 4.º grau de prontidão, pequenos derrames de âmbito muito localizado, de impactes reduzidos e combatidos com os meios locais.

7.2.3. Indicadores Sociais

Taxa de Absentismo - corresponde a todas as ausências (excepto férias e licenças), e é determinada pela percentagem do número total de faltas relativamente ao número de dias úteis de trabalho, num determinado período de tempo.

Índice de formação - quantifica a carga horária de formação, pelo total de trabalhadores por categoria.

Taxa de Absentismo - Corresponde a todas as ausências (excepto férias e licenças), e é determinada pela percentagem do número total de faltas relativamente ao número de dias úteis de trabalho, num determinado período de tempo.

Índice de Formação - Quantifica a carga de formação, pelo total de trabalhadores por categoria.

Evolução do Efectivo - Evolução do número do efectivo ao longo dos últimos três anos.

Efectivo por categoria funcional - Corresponde à repartição dos efectivos por categoria funcional.

Acidentes de Trabalho com baixa - Corresponde à soma dos acidentes de trabalho que implicaram baixa médica. Estão contemplados três intervalos de baixa médica, de 1 a 3 dias, de 4 a 30 dias e mais de 30 dias.

Acidentes de trabalho sem baixa - Resulta da soma dos acidentes de trabalho que não implicaram baixa médica, ou incapacidade.

Efectivo por faixa etária - evolução do número de efectivos por faixa etária durante os três últimos anos. São consideradas três faixas etárias, inferior aos 30 anos, entre os 30 e 50 e superiores aos 50 anos de idade.

Motivos de ausência - identificação da quantidade de ausências por motivos que estão na origem do absentismo, comparando-os com os últimos três anos em análise. São contemplados alguns motivos, como acidentes de trabalho, doença, doenças profissionais, suspensões disciplinares, assistência inadiável, maternidade / paternidade e outras causas.